



Anais da Assembléia

Nº 03

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 1997.
 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Techy Filho.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppato, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 002/97

Curitiba, em 04.02.97.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 06 e 20 do corrente mês, com destino à Europa, especialmente a fim de: abrir rodadas sobre oportunidades de investimentos no Estado do Paraná, na Reunião da Câmara de Comércio e Indústria de Paris; em Londres, manter encontros com lideranças empresariais e do Setor de Ciência e Tecnologia; participar de reunião com a Direção da Renault e seus fornecedores; além de tratar de outros assuntos de interesse do Estado.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
 Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402 e 403/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

524/96: Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280/95 e aprova tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.643. Anote-se - Arquite-se.

580/96: Do Poder Executivo, que dispõe sobre recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, de saldos financeiros disponíveis do DETRAN e DIOE, verificados em 31.10.96, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.644. Anote-se - Arquite-se.

494/96: Do Poder Executivo, que dá nova redação aos artigos 2º das Leis nºs 11.212, 11.214 e 11.217/95 e 11.497/96, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.645. Anote-se - Arquite-se.

523/96: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 24.813.741,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.646. Anote-se - Arquite-se.

570/96: Do Poder Executivo, que aprova ajuste no valor de R\$ 500.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.647. Anote-se - Arquite-se.

522/96: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.648. Anote-se - Arquite-se.

525/96: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 123.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.649. Anote-se - Arquite-se.

563/96: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.650. Anote-se - Arquite-se.

579/96: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a aderir, mediante Convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 9.317/96 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.651. Anote-se - Arquite-se.

Lei Complementar nº 581/96: Do Poder Executivo, que revoga a Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 80. Anote-se - Arquite-se.

433/96: Do Poder Executivo, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.652. Anote-se - Arquite-se

464/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Capítulo Curitiba nº 162 da Ordem DeMolay, com sede e foro no Município

de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.653. **Anote-se - Arquivo-se.**

295/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Curitiba, Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.654. **Anote-se - Arquivo-se.**

441/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos das Vilas São Fernando e Santa Mônica, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.655. **Anote-se - Arquivo-se.**

465/96: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a AJADAVI - Associação Jacarezinhense de Reabilitação ao Deficiente Auditivo e Atendimento ao Deficiente Visual, com sede e foro no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.656. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/96: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação da Família e Integração do Menor - AFIM, com sede e foro em Laranjeiras do Sul, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.657. **Anote-se - Arquivo-se.**

402/96: De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no Município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.658. **Anote-se - Arquivo-se.**

297/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual de Paranavaí, Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.659. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.660. **Anote-se - Arquivo-se.**

582/96: Do Poder Executivo, que aprova ajuste no valor de R\$ 436.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.661. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº ATCC 376/96, do Senhor Giovani Gionedis, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimento sobre "implantação de Usina Termelétrica próxima ao Porto de Paranaguá". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

262/96: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública o Lar-Escola Santa Teresinha do Menino Jesus, com sede no Município de Paçandu e foro na Comarca de Maringá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.675. **Anote-se - Arquivo-se.**

374/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Pa-

raná ao Doutor João Carlos Simões, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.676. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/96: De autoria do Deputado Basílio Zarusso, que declara de Utilidade Pública a União das Irmadades Femininas Ortodoxas Ucrânicas no Brasil, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.677. **Anote-se - Arquivo-se.**

434/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Clineu Romero Cervantes, com sede e foro na Cidade de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.678. **Anote-se - Arquivo-se.**

442/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Volley-Ball, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.679. **Anote-se - Arquivo-se.**

480/96: De autoria do Deputado Augustinho Zuchi que, declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - E.I.P.A, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.680. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/96: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Esperança, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.681. **Anote-se - Arquivo-se.**

486/96: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Projeto Vida, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.682. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/96: De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores de Arapongas - Paraná, com sede e foro no referido município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.683. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública as Aldeias Infantis S.O.S. Brasil, com sede e foro na Cidade de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.684. **Anote-se - Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a formação de uma Comissão de Mediação, composta pelos Líderes dos Partidos nesta Casa e pelo Presidente da C.C.J., para atuarem junto ao BANESTADO com o objetivo de acompanhar o processo de reestruturação funcional do banco afim de resguardar os direitos daqueles servidores.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ÂNGELO VANHONI.

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk e Joel Coimbra.

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente.

O Senhor Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar pelo faleci-

mento do Dr. Vidal Vanhoni ocorrido dia 04 de fevereiro nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 75 anos faleceu, nesta Capital, o Dr. Vidal Vanhoni, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ex-Secretário de Estado da Educação e Cultura, Professor de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Paraná.

O extinto deixou viúva Dona Valéria e 05 filhos e netos.

O passamento do Dr. Vidal Vanhoni veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Vidal Vanhoni.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Vidal Vanhoni, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoi a família do Dr. Vidal Vanhoni, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Vidal Vanhoni sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Vanhoni, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Leony Bufrem, ocorrido dia 04.02.97, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 04.02 faleceu, nesta Capital, a Senhora Maria Leony Bufrem com a idade de 85 anos.

A extinta era viúva de Adonis Bufrem e deixou 04 filhos, 11 netos e 01 bisneto.

O passamento do Dona Maria Leony veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para

cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Maria Leony.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dona Maria Leony, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoi a família de Dona Maria Leony Bufrem, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Maria Leony Bufrem sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bufrem, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Faleceu o Senhor Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello, que deixou viúva Dona Constance e os filhos Luiz Henrique Filho, Rebecca, Rodrigo Octávio e Renata.

Sob o nº 005/97, do Senhor Lubomir Antonio Fincinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Angelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "licitação para contratação de serviços aerofotogramétricos pelo PARANACIDADE". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 006/97, do Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Flonsvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "convênios firmados por essa Secretaria no ano de 1996". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1838/96, do Senhor Matheos Chomatas, Ouvidor da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Flonsvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "se o Conselho Estadual de Saúde já constitui a Comissão de Saúde Mental". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1841/96, do Senhor Matheos Chomatas, Ouvidor da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta

ao pedido de informações requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre "repasse efetuados durante o Governo Jaime Lerner através da Secretaria de Estado da Saúde". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 681/96, do Senhor Norton José Siqueira Silva, Secretário de Estado da Fazenda em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimento sobre "pessoas físicas e jurídicas que receberam pagamentos de precatórias no Estado do Paraná". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº CTL/SEEG/007/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando seu afastamento no dia 21.01.97, com destino ao Paraguai, onde teve audiência com o Presidente daquele país, Senhor Juan Carlos Wasmosy, para trato de assuntos ligados ao MERCOSUL. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 586/96, do Senhor Washington Mello, Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, no valor de R\$ 109.300,00, com o objetivo de quantificação dos riscos e determinação do potencial produtivo das culturas agrícolas no Estado do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 083/97, da Senhora Carmelina dos Santos Rosa, Secretária dos Direitos da Cidadania, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, destinado ao Projeto "Seminário de Atualização Continuada", no valor de R\$ 50.000,00. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 005/97, do Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, comunicando convênios firmados pela Secretaria no ano de 1996. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 42/97, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, enviando Relatório de Atividades daquele Tribunal, correspondente ao 4º trimestre de 1996. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs CTL/SEEG/002, 003, 004, 005 e 006/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

586/96: Do Poder Executivo que, transfere da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para a Secretaria de Estado da Fazenda, as atividades pertinentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias, aos Orçamentos Anuais e aos Planos Plurianuais, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.663. Anote-se - Arquivo-se.

521/96: Do Poder Executivo que, autoriza a revogação de doação de bens feita ao Estado do Paraná pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos, de Palmas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.664. Anote-se - Arquivo-se.

329/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão da Polícia Militar do Estado, tendo como sede a Cidade de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.665. Anote-se - Arquivo-se.

526/96: Do Poder Executivo que, acresce alínea "F" ao artigo 8º, da Lei nº 7.875, de 02 de julho de 1984, o

qual convertido em Lei tomou o nº 11.666. Anote-se - Arquivo-se.

527/96: Do Poder Executivo que, autoriza alteração dos fins sociais da BANESTADO S.A. Informática e sua denominação para BANESTADO S.A. Participações, Administração e Serviços e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.667. Anote-se - Arquivo-se.

Do Senhor Daniel Domingues, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando convênio celebrado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social e o Estado do Paraná, no valor de R\$ 150.760,00 (cento e cinquenta mil, setecentos e sessenta reais), destinados ao desenvolvimento de Ações de Enfrentamento à Pobreza, por intermédio da execução do Projeto de Apoio à Agricultura Indígena Paranaense. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC 033/97, do Senhor Giovani Giondis, Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados José Tavares, que pede esclarecimentos sobre "licitação para a compra de equipamentos para a Polícia Civil". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº CTL/SEEG/008/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 130/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/014/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/015/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/016/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 510/96, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/SEEG/009, 010, 011, 012, 013, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027 e 028/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

508/96: De autoria do Deputado Sâmis da Silva que, altera a redação do artigo 4º, da Lei nº 11.035/95 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.668. Anote-se - Arquivo-se.

470/96: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Darci Piana, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.669. Anote-se - Arquivo-se.

200/96: De autoria do Deputado Edson Silva Lino que, declara de Utilidade Pública a APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá, com sede no Distrito de Porto Ubá e foro no Município de Lidianópolis - Estado

do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.670. Anote-se - Arquive-se.

366/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor José Francisco Schiavon, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.671. Anote-se - Arquive-se.

439/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, em Paranaíba, de Dom Benjamim de Souza Gomes, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.672. Anote-se - Arquive-se.

188/96: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Orientação, Integração e Offícios, com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.673. Anote-se - Arquive-se.

261/96: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver projeto específico de paisagismo e educação ambiental para as faixas de domínio das rodovias estaduais, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.674. Anote-se - Arquive-se.

O passamento de Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Luiz Henrique.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello, que carinhosamente era chamado de Gordo Mello pertencia a tradicional família paranaense.

O céu será grande, e a paz sobre Luiz Henrique Garcez de Oliveira Mello, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoe a família de Luiz Henrique, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Luiz Henrique sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Garcez de Oliveira Mello, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Ses-

são de hoje, de Voto de Profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Geraldo Trombini, ocorrido dia 25.01.97 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 85 anos faleceu, nesta Capital, no dia 25 último, o Senhor Geraldo Trombini que era viúvo de Dona Maria Cândida Malucelli Trombini.

O extinto deixou 04 filhos, 16 netos e 16 bisnetos. Era industrial, sócio fundador e Conselheiro do Grupo Trombini.

O passamento de Geraldo Trombini veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Geraldo Trombini.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Geraldo Trombini e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoe a família de Geraldo Trombini, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Geraldo sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Trombini, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de pesar, à família do Senhor Constantino Bonatto, pelo seu falecimento, ocorrido nesta data.

Do aprovado, requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Constantino Bonatto, aos 80 anos de idade, residente em Pato Branco, deixa viúva a Senhora Perina Canterle Bonatto, dez filhos, 30 netos e 20 bisnetos.

Pai do Vereador Claudio Bonatto, o Senhor Constantino é pioneiro de Pato Branco, onde se estabeleceu com sua família, tendo uma vida repleta de realizações.

Foi líder comunitário, Presidente do C.T.G. e graças ao seu desempenho e competência, foi eleito Vereador.

dor e Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, no período de 1962-1963.

Pessoa muito querida no município de Pato Branco e região, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de pai, esposo e amigo a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um Voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Braz, ocorrido no último dia 14 na Cidade de Ibaiti.

O presente requerimento objetiva, principalmente, prestar pleito de reconhecimento, a quem, inegavelmente, durante toda a sua existência, prestou incontestáveis trabalhos espirituais, intelectuais e comunitários, que o tornaram credor da simpatia e admiração de toda coletividade de Ibaiti.

Requer ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência a família enlutada, na pessoa de seu filho, Padre Joaquim Raimundo Braz - Rua Albano Muller, s/nº (Casa Paroquial) Matinhos/Paraná - Cep. 83.260-000.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) JOEL COIMBRA.

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, após ouvido o Plenário REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Promotor de Justiça, Doutor Homero Neves Arruda, ocorrido no dia 05.02.97, na Cidade de Curitiba.

Da mesma forma, requer que da decisão da Casa seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) JOEL COIMBRA.

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Doutor Homero Neves Arruda, homem de ilibada conduta e de intocável reputação profissional, deixa aberta uma grande lacuna no Ministério Público do Paraná.

Promotor de Justiça em diversas Comarcas do Estado, teve seu trabalho destacado na Comarca de Maringá, onde desenvolveu incansável batalha pela restauração da força e autonomia do Ministério Público.

Ao prestarmos essa justa e sincera homenagem ao Promotor de Justiça, amigo e chefe de família exemplar, esperamos estar expressando todo o nosso agradecimento pelo sério trabalho direcionado à Justiça e aos justos.

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a consignação em Ata de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Emilio Diniz Maciel, ocorrido no último dia 13, na Cidade de Maringá. >

Pessoa da mais alta respeitabilidade, membro de tradicional e conceituada família de Maringá, cujo desaparecimento causou geral consternação na sociedade local onde era muito benquisto graças ao seu caráter de homem íntegro, honesto e chefe de família exemplar, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de toda a coletividade de Maringá.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada para o seguinte endereço: Doutora Carla Safar (filha), Rua

Néo Alves Martins, 2969 apto. 1301, Maringá-Paraná - Cep. 87.013-060.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) JOEL COIMBRA.

REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Natália e Tadeu Krazinski que completou 60 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Diamante. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Firmino e Alice Ribas Coelho que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Aparecida e Altevir Tocach que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Sandra Maria e Jorge Fernando Buchen, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata. Trata-se de uma existência construída so-

bre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, pela comemoração de seu Cinquentenário de fundação ocorrido no dia 13 de dezembro próximo passado no auditório do Edifício Centro do Contabilista, nesta Capital. Criado em 13 de dezembro de 1946, vem prestando relevantes serviços à sociedade curitubana e paranaense, tanto na fiscalização do exercício da profissão contábil quanto na força de residual legislativo. É um momento histórico para a área contábil. São 50 anos de trabalho sério, competente, visando sempre a valorização do profissional de contabilidade e preservando os interesses do Estado e da União. Além do exercício de órgão fiscalizador, sempre primou pelo excelente atendimento à população que necessita de apoio técnico contábil, principalmente aos estudantes dos Cursos de Contabilidade, com muita dedicação e eficiência. Nosso Estado do Paraná sente orgulho de ser representado tão dignamente por esse Conselho Regional de Contabilidade, o qual tem garantido e orientado o mercado de trabalho contábil de forma exemplar na sua tarefa de fiscalização e orientação. Nossos cumprimentos a todos os fundadores, funcionários e componentes da Diretoria desse Conselho. Presidente: Edilton José da Rocha; Diretor Administrativo: Pedro Hugo Catossi; Vice-Presidente de Administração e Finanças: Antonio Carlos Dóro; Vice-Presidente de Assuntos Especiais: Ana Maria Golas; Vice-Presidente de Contas: Antenor Martins; Membros Efetivos da Câmara de Contas: Julio Gonçalves Neto e Mário Elmir Berti; Membros Suplentes da Câmara de Contas: Tosio Sato, Moacyr Vanin e José Reinaldo Vieira; Vice-Presidente de Fiscalização: Edson Regis Oliveira; Membros da Câmara de Fiscalização: Maurício Fernando Cunha Smijitink, Tosio Sato e Eluiz Maria Miqueletto; Vice-Presidente de Registro: Kenji Iwamoto; Membros da Câmara de Registro: Moacyr Vanin, Valdir Pietrobon e Gilberto Nassif.

Deixamos registrado nos anais desta Casa de Leis esta homenagem através deste voto de louvor, consignando-se o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo pela passagem do seu 107º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luciano Micharki, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Rogério Gadens, bem como a todos os Senhores Vereadores para que recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do

Triunfo.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de São João do Triunfo comemora a passagem do 107º aniversário de sua emancipação política, no dia 15 de fevereiro/97.

O Município de São João do Triunfo tem seu ponto forte na indústria madeireira, que emprega grande parte da população e gera impostos para a prefeitura.

Suas florestas de pinheiros, próximas a sede do município e são exploradas por quatro grandes serrarias e madeiras locais, que vendem o produto para todo o Paraná, outros Estados do Brasil e até para o exterior.

A Madeireira Triunfense, que atua na região desde 1963 e conta com mais de 60 funcionários, está negociando contratos de exportação para a Suécia e para a Espanha.

Outra madeireira da região, a Serraria Santa Terezinha, produz 150 metros de madeira serrada por mês.

Portanto, a madeira ainda é base econômica em São João do Triunfo.

Nesta significativa data toda a população de São João do Triunfo é digna do nosso respeito e admiração.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a comunidade na certeza de que continuará seu importante trabalho colaborando para o desenvolvimento cada vez maior do município.

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin pela passagem de seus 45 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Erclio João Dalazen, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Irineu Zacarias, bem como a todos os Srs. Vereadores para que recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 14 de fevereiro, toda população de Paulo Frontin exultante de alegria irá comemorar o transcurso de seus 45 anos de emancipação política. Nesta significativa data o seu povo é digno do nosso respeito e admiração na certeza de que continuarão contribuindo para o constante desenvolvimento do município.

A história de Paulo Frontin é uma história de trabalho, dedicação e luta sempre renovada pela fibra de sua população contando com o apoio e colaboração de seus administradores de todos os tempos.

Tendo à frente de seus destinos o Prefeito Erclio João Dalazen temos absoluta certeza de que irá se empenhar para proporcionar melhores condições de vida a toda a população de Paulo Frontin através de um trabalho sério, honesto e de responsabilidade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, presta sua homenagem de gratidão e reconhecimento a todos que de uma forma ou outra dão sua parcela de contribuição para o marcante desenvolvimento da região.

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida pelo transcurso, de seus 14 anos de emancipação política, no dia 22 de fevereiro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Wolnei Savaris, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Noé de Lima, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta significativa data de 22 de fevereiro/97, o Município de Boa Vista da Aparecida, estará comemorando seus 14 anos de emancipação política.

Com todo o respeito que a população de Boa Vista da Aparecida é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com os mesmos propósitos a caminhada rumo ao crescente progresso do Município.

Estamos confiantes que o atual Prefeito, Sr. Wolnei Savaris tudo fará para conduzir da melhor maneira possível os destinos do Município e de sua laboriosa população.

Portanto, seu povo exultante de alegria estará comemorando festivamente a data magna do Município certo de que com muito trabalho e dedicação será vencedor.

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Gazeta do Povo, pela passagem do seu 78º Aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Gazeta do Povo, para que receba e transmita a todos os seus colaboradores a decisão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este 03 de fevereiro, quando a Gazeta do Povo comemora o seu 78º aniversário de fundação, porque na verdade a Gazeta tem uma grande responsabilidade na consolidação dos ideais da população, onde realmente participa para tornar sólido o desenvolvimento do nosso Estado.

Um jornal assim, honra a sociedade a que pertence, e seus exemplos são lições vivas para os seus concidadãos.

Sob a orientação segura do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, a Gazeta tem sido modelo e exemplo de um valioso instrumento de ação da liberdade do nosso povo. O Paraná e sua história se confundem nestes 78 anos com a Gazeta do Povo caminhando juntos sempre em defesa dos interesses paranistas e do pluralismo social garantidor das liberdades fundamentais do ser humano.

A maneira sóbria e correta de noticiar e analisar os fatos, registrando a história, colocou a Gazeta do Povo entre os jornais de maior importância do país, com o

mais notável parque gráfico da Região Sul. Um orgulho para todos nós paranaenses.

Simplesmente crescer não é a meta da Gazeta do Povo, por isso, nestes 78 anos, soube como poucos diários brasileiros acumular o compromisso com a modernidade e a tradição de seriedade, nunca se furtando a participar de nossos desafios.

A Gazeta do Povo, formou nos últimos anos ao lado dos defensores da integridade contra as tentativas de separatismo sustentados por interesses oportunistas e parciais que, à vista da posição firme do Jornal, perderam referência e partiram para o completo processo de retirada. A Gazeta ainda se declarou contrária às manifestações separatistas de cunho nacional surgidas em pontos da Região Sul, alertando para a existência de alternativas, desigualdades ou prejuízos, sem o rompimento dos laços sagrados da união brasileira.

Um jornal assim, deve ufanar-se, podendo comemorar seu aniversário sabendo que cumpre o papel de órgão formativo e informativo assumindo compromissos que contribuam para o desenvolvimento e benefício social.

A estabilidade e a segurança que o corpo funcional da Gazeta do Povo tem, são os mesmos que o anunciante e o leitor confiam.

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Michel Temer, pela conquista da Presidência da Câmara Federal, e pela abertura dos trabalhos legislativos daquela respeitada Casa de Leis, no dia de ontem 17 de fevereiro do corrente em Brasília, e que seja enviada cópia do presente ao homenageado, conforme o disposto no Regimento Interno desta Casa em seu Artigo 132.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Título de Moção de Honra, ao Sr. Jaime Gonçalves de Castro, MD. Delegado, que tem prestado relevantes serviços a todo o povo paranaense.

Requer ainda que o presente se dê ciência ao homenageado, na 2ª Delegacia de Acidente de Trânsito, sito à Avenida Sete de Setembro nº 3219.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o Delegado homenageado, esteve em confronto com bandidos de perigosa quadrilha, que lhe desferiram aproximadamente 25 (vinte e cinco) tiros, sendo que vários deles lhe atingiram o corpo, e num esforço sobrenatural, em defesa de nossa sociedade, mesmo ferido, conseguiu eliminar alguns deles.

Um ato que, indubitavelmente, merece nossa admiração e reconhecimento de toda a sociedade, o que nos honra e motiva a presente indicação.

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr.

Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Rio Verde, localizado no Município de Colombo, os quais solicitam a reativação do Módulo Policial que existe na Rua Gustavo Kabitschke, em frente a uma loja de material de construção. O mesmo foi desativado sem nenhuma justificativa para a população e está fazendo muita falta para a comunidade, a qual encontra-se sem segurança alguma.

Pedem os moradores que o presente pedido seja atendido o mais breve possível antes que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de providenciar a limpeza no Canteiro Central da BR - Curitiba - Araucária, uma vez que o mesmo está com o mato muito alto, atrapalhando a visibilidade dos transeuntes e motoristas. O local situa-se próximo ao Viaduto, à esquerda, na entrada do Conjunto Moradias Santa Rita - Tatuquara, atrás da Empresa Phillips Morris.

Se necessário informações complementares pode-se contactar com a Sra. Claudete Machado Martins pelo telefone 975-0215.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado que o presente subscreve, vem mui respeitosamente, após ouvido o douto Plenário, REQUERER o envio de expediente ao Ilustríssimo Secretário de Estado, Sr. Segismundo Morgenstern, solicitando a realização das reformas necessárias para o bom funcionamento do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, do Município de Londrina. As obras têm que ser feitas em regime de urgência devido ao estado precário em que se encontra o referido estabelecimento.

Requeiro ainda, que cópia deste requerimento seja enviada à direção do colégio e à sua Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marcelino Champagnat é o terceiro maior do Paraná em número de alunos. Tem 3.500 estudantes de 1º e 2º graus, e reivindica há muitos anos uma reforma adequada de suas instalações para poder continuar funcionando. Atender todo este contingente em meio a paredes que estão cedendo, rachaduras ameaçadoras, telhas soltas e vazamentos de todo tipo, só pode perturbar o bom andamento das atividades didáticas, em que pese o esforço de professores, funcionários e a direção para que o Marcelino Champagnat não perca seu padrão de qualidade. Também graças ao esforço da Associação dos Pais e Mestres, surge agora uma perspectiva de que as reformas possam sair, por isso nos juntamos a este movimento da comunidade do colégio para reforçar o caráter de urgência de que tal medida se reveste.

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado que o presente subscreve, vem mui respeitosamente, após ouvido o douto Plenário, REQUERER o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando a realização das reformas necessárias para o bom funcionamento do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, do Município de Londrina. As obras têm que ser feitas em regime de urgência devido ao estado precário em que se encontra o referido estabelecimento.

Requeiro ainda, que cópia deste requerimento seja enviada à direção do colégio e à sua Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marcelino Champagnat é o terceiro maior do Paraná em número de alunos. Tem 3.500 estudantes de 1º e 2º graus, e reivindica há muitos anos uma reforma adequada de suas instalações para poder continuar funcionando. Atender todo este contingente em meio a paredes que estão cedendo, rachaduras ameaçadoras, telhas soltas e vazamentos de todo tipo, só pode perturbar o bom andamento das atividades didáticas, em que pese o esforço de professores, funcionários e a direção para que o Marcelino Champagnat não perca seu padrão de qualidade. Também graças ao esforço da Associação dos Pais e Mestres, surge agora uma perspectiva de que as reformas possam sair, por isso nos juntamos a este movimento da comunidade do colégio para reforçar o caráter de urgência de que tal medida se reveste.

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando a inclusão dos Municípios de Icaraima e Vila Alta no roteiro dos Jogos Mundiais da Natureza, edição 1997.

Apesar do referido evento ser adstrito à "Costa Oeste", roga-se que os citados Municípios, apesar de estarem no Extremo Noroeste, também possam ser contemplados e assim usarem a estrutura já existente para sediarem alguma modalidade das competições pré determinadas.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente pleito justifica-se pelo fato de que os Municípios de Icaraima e Vila Alta são lindeiros à Costa Oeste e pertencentes ao Extremo Noroeste. Se fossem inseridos dentre os que participarão dos Jogos Mundiais da Natureza, por conseguinte estariam sendo beneficiados com o sucesso do referido evento.

Vale lembrar que os citados Municípios, já possuem uma grande infraestrutura para tal, assim a vossa inclusão em nada iria dificultar a organização e o desenrolar dos referidos jogos.

Por outro lado, como é sabido, o Extremo Noroeste tem sofrido com alguns problemas advindos com as chuvas e desta forma poderíamos minimizar a situação com esta espécie de compensação.

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e Abastecimento, Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil,

solicitando disponibilização de recursos federais para compra de milho, na modalidade de AGF - Aquisição do Governo Federal ou EGF - Empréstimo do Governo Federal, e que seja instituído o programa de compra de milho até 200 sacas por produtor, como forma de apoio à comercialização principalmente aos pequenos produtores.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O preço médio atualmente recebido pelos produtores de milho no Estado do Paraná é de apenas R\$ 5,40 a saca de 60 quilos, portanto, 20% abaixo do preço mínimo, que é de R\$ 6,70 a saca de 60 quilos.

Para que se garanta ao menos o preço mínimo ao produtor é que se faz necessário o apoio do Governo Federal, com a locação de recursos para AGF e EGF.

REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando início das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Irati à São Mateus do Sul. Trata-se de uma importante rodovia da Região Centro-Sul e que encontra-se impraticável, momentaneamente em dias chuvosos. Em Of. nº 186/96-AT, datado de 23.02.96, dessa Secretaria, informa que: "a obra em questão está incluída no Plano de Trabalho e na Programação Orçamentária desta Pasta para o exercício de 1996." Contudo, não houve início das obras.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 039

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando reinício das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Irati à Inácio Martins. Ocorre que trata-se de estrada totalmente impraticável em dias chuvosos e que traz sérias consequências aos moradores que precisam se utilizar da referida estrada.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuck, Chefe do 9º DRF-DNER, solicitando melhorias na malha viária da BR-277, trecho entre Palmeira-Irati-Relógio e a podagem do mato existente nos acostamentos ao longo da mesma. Trata-se de rodovia internacional, com tráfego intenso e que em dias de chuva formam verdadeiras crateras no asfalto provocando acidentes com os veículos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 041

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reinício das obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Teixeira Soares a Guaragi.

A presente solicitação visa a retomada das obras que se encontram paralisadas, o que torna difícil o acesso entre os Municípios de Teixeira Soares e Guaragi, dificultando o escoamento da safra agrícola, o transporte escolar e a interligação entre os municípios circunvizinhos.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Presidente da República sugerindo e dentro das possibilidades dos órgãos competentes da União, que a arrecadação da CPMF feita no território do Estado do Paraná, seja aplicada nos hospitais e entidades do Estado.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a implantação da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a partir de 23/01/97, que tem como objetivo fundamental socorrer a saúde pública que se encontra em séria crise financeira e administrativa, estamos sugerindo que aqueles recursos arrecadados no Paraná sejam integralmente aplicados aqui. Diante das volumosas quantias de dinheiro que circulam na economia paranaense, a arrecadação da CPMF também será significativa, fazendo com que a saúde pública do Estado melhore sensivelmente. A CPMF aplicada integralmente no Paraná possibilitará o controle de sua aplicação, bem como, sua fiscalização. A população foi chamada a socorrer o Sistema Único de Saúde e, por isso, tem o direito de ver seu sacrifício beneficiando diretamente seu município, seu Estado, sua gente.

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando informações quanto à realização de concurso público para preencher as vagas existentes em quase todas as Escolas Estaduais de 1º e 2º Grau do Estado do Paraná, de orientador educacional e supervisor de ensino.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

De longa data, que o Estado não promove mais concurso público para atender as necessidades de orientador educacional e supervisor de ensino das Escolas Estaduais de 1º Grau (5ª à 8ª séries) e 2º Grau. É uma necessidade urgente dos estabelecimentos de ensino a contratação destes profissionais para que as atividades escolares sejam mais eficientes e produtivas. Com frequência, somos abordados por diretores de escolas e membros da comunidade escolar, solicitando a nomeação destes auxiliares para que as Escolas Estaduais possam apresentar melhores resultados discentes e docentes.

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentares, com base no Artigo 132, § 3º, I, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Senhor Miguel Salomão, MD. Secretário de Estado da Fazenda, para comparecer a este Plenário ou à Comissão de Finanças desta Casa para prestar esclarecimentos sobre a adesão do Estado do Paraná ao Projeto SIMPLES, do Governo Federal.

Tal convocação se justifica a partir do momento em que as pequenas e micro-empresas serão altamente prejudicadas.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, respeitosamente, sejam convidados os Senhores Diretores do SEBRAE-PR, para se dignarem a comparecer a esta Casa de Leis, e esclarecerem sobre os possíveis prejuízos que poderão advir às micro-empresas com a inclusão do Paraná, ao Projeto SIMPLES do Governo Federal.

Este requerimento se justifica, a partir do momento em que a adesão do Estado do Paraná a este projeto, extingue a isenção do ICMS, que gozavam as micro-empresas de nosso Estado.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) RENATO ADUR

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente do Municipalismo, na estrutura institucional da Assembléia Legislativa do Paraná, acrescentando-se no Artigo 30, da Resolução nº 159/90 (Regimento Interno) o item XVI, com a seguinte redação:

I - (—)

XV - (—)

"XVI - Fica criada a Comissão Permanente do Municipalismo composta de 7 (sete) membros, na Assembléia Legislativa do Paraná, com as atribuições definidas nesta Resolução."

Art. 2º - O art. 33, da Resolução nº 159/90 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

Art. 33 (—)

"Parágrafo — - A Comissão Permanente do Municipalismo compete manifestar-se sobre proposições que se refiram aos Municípios, como incorporação, fusão e desmembramento; análise dos convênios com o Governo do Estado e demais assuntos pertinentes."

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

O Bloco Parlamentar Municipalista é um dos mais importantes organismos desta Casa de Leis, na luta em prol dos municípios paranaenses.

Contudo, trata-se de uma Comissão temporária e os municípios do Paraná necessitam de um órgão permanente para defesa de seus interesses junto à Assembléia Legislativa do Paraná.

Desta forma, a presente Resolução visa dar o caráter permanente da Comissão do Municipalismo, dando apoio e orientações quanto aos novos municípios criados no Estado e acompanhar apresentando parecer sobre toda a transformação que houver como incorporação, fusão e desmembramento de município.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 001/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Cria o Programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: "Cidade para todos" através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada.

§ 1º - Serão convocados e envolvidos neste programa as Associações de e para a pessoa portadora de deficiência ou seus representantes legais.

§ 2º - A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: Hospitais, Secretarias Estaduais e Municipais, Centros de Saúde, Escolas, Universidades, Casas de Espetáculos, Restaurantes, Centros Comerciais, Supermercados, Hotéis, Ruas e Logradouros Públicos.

Art. 2º - O Programa remoção de barreiras arquitetônicas "Cidades para todos" deverá ser desenvolvido em articulação com os Governos Municipais através de seus Órgãos de Planejamento Urbano, transporte, habitação e outros afins, visando o combate a uma série de barreiras arquitetônicas e ambientais por meio de:

I - Adaptação de transportes coletivos.

II - Aplicação de normas contra a construção de barreiras arquitetônicas.

III - Identificação de nome de logradouros públicos em placas rebaixadas em Braille, bem como nos elevadores e cardápios, etc.

IV - Implantação de sinal sonoro nos semáforos para uso dos portadores de deficiência visual.

V - Telefones públicos de altura adequada ao uso dos portadores de deficiência física em cadeira de rodas.

VI - Adaptação do uso de serviços essenciais de telefones pelas pessoas com deficiência auditiva.

VII - Demarcar áreas de estacionamento para veículos dirigidos por portadores de deficiência.

VIII - Criar condições de acesso independentemente aos portadores de deficiência da locomoção, através da construção de rampas em edifícios públicos e particulares, em centros de lazer e nas vias públicas.

IX - Garantir na rede hoteleira fiscalizada a liberação de alvarás somente a hotéis que possuam pelo menos um cômodo com banheiro adaptado.

Art. 3º - Este projeto conta com o apoio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, que após consultado poderá contribuir com recursos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor após a sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) CÉSAR SELEME

PROJETO DE LEI Nº 002/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Nossa Senhora de Fátima, é uma Entidade Assistencial Social, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da Entidade: promover o bem estar social à criança, oferecendo assistência moral, espiritual, educativa, recreativa e formação integral; atender criança na faixa etária de 0 a 6 anos de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor, credo religioso e classe social em regime de semi-internato; oferecendo atendimento as famílias das crianças assistidas na entidade; prestar serviço à comunidade e manter intercâmbio com outras instituições similares.

Esta Entidade necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 003/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Especial a Criança e ao Adolescente de Paranavaí - CECAP, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O CECAP, é uma entidade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí, caracterizando-se como instituição de reforço da aprendizagem e de iniciação ao trabalho destinados às crianças e aos adolescentes de Paranavaí.

São objetivos do CECAP: oferecer às crianças empobrecidas e adolescentes na faixa etária de 07 (sete) a 17 (dezesete) anos sem distinção de raça, cor ou credo religioso, a oportunidade de realização como pessoa, retirando-os da marginalização e ociosidade dando-lhes incentivo para o trabalho como meio de se tomarem agentes de sua própria transformação social.

- dar as crianças e adolescentes assistência moral, espiritual, profissional, educativa, recreativa, formação integral e saúde.

- encaminhar os adolescentes em momento oportuno às frentes de trabalho junto ao comércio, indústrias e outras organizações de acordo com suas aptidões.

- desenvolver programas sociais comunitários, envolvendo as famílias das crianças e dos adolescentes

vinculados ao CECAP ou outras crianças que se enquadrarem no programa, podendo ser criados departamentos de acordo com as suas necessidades.

- desenvolver programas de semi-profissionalização ou profissionalização de adolescentes conforme as aptidões individuais, preparando-os para vida em sociedade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 004/97

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º - Fica proibido aos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus (inclusive os da rede particular), de promover a repetência do aluno.

Art. 2º - O alunos que não atingirem a média de aproveitamento exigida para aprovação, levarão as respectivas matérias em DEPENDÊNCIA, partindo do 1º ano do 1º grau, até a conclusão do período do 2º grau, (atuais 11 anos letivos), e os mesmos só receberão o certificado de conclusão (diploma) quando tiverem eliminadas todas as dependências.

§ 1º - O aluno poderá levar em dependência todas as matérias do ano letivo.

§ 2º - O aluno poderá eliminar matérias fazendo as provas em conjunto com turmas de outros períodos determinados pelos estabelecimentos de ensino.

Art. 3º - Após o período de conclusão de curso, os alunos que tiverem dependências, deixarão de frequentar as aulas do regime seriado e passarão a frequentar cursos específicos (fora das salas de aulas convencionais), podendo optar por eliminar todas as matérias, juntamente com os alunos dos atuais cursos supletivos, e neste caso o certificado de conclusão será considerado o do supletivo.

Art. 4º - Em matéria específica (a exemplo de MATEMÁTICA), que são seqüências, o aluno não poderá alternar a eliminação de dependência sem primeiro eliminar a imediatamente anterior.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em regime de urgência.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

Muito se tem falado em melhoria na qualidade de ensino e muito pouco se tem feito para alcançá-la, e cremos que a solução para erradicar tal problema educacional, consiste na extinção da repetência, uma vez que com tal medida os professores deixarão de ser paternalistas, como inegavelmente acontece em muitas circunstâncias onde são forçados a aprovarem alunos, para que os mesmos não percam o ano letivo, e passarão a exigir mais dos alunos, e com isso, melhorando indubitavelmente a tão desejada qualidade no ensino.

Em se eliminando a REPETÊNCIA, todos saem ganhando, inclusive e principalmente o Estado, que terá menos problemas com falta de salas de aulas e de professores, sem contar os inúmeros outros prejuízos.

A principal vítima da repetência obviamente é o aluno que além de criar um complexo de inferioridade, pode gerar uma crise de personalidade pela desvalorização do "ego", deixando seqüelas incuráveis que culminem na marginalidade, no banditismo e na deformação

do caráter.

Com essa medida, pretende-se ainda, informar melhor, para se formar o aluno profissionalmente, corrigindo a falha do atual sistema onde constatamos alunos concluindo cursos, sem a devida capacitação.

Em síntese, a implementação de tal projeto, objetiva os alunos, pais e professores, além de se evitar prejuízos morais e financeiros.

PROJETO DE LEI Nº 005/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Vida, com sede e foro na Cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Vida, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 11 de agosto de 1993 e registrada sob nº 3667, Livro B-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

A Assistência Social Vida, também denominada "ASVI", é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter Assistencial, Educacional e Cultural, prestando atendimento às pessoas carentes daquela comunidade, gratuitamente, em atendimento ao seu Estatuto.

A ASVI, promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa independente de raça, cor, condições sociais, profissional, credo religioso ou político.

Além das finalidades acima mencionadas, a ASVI, tem por objetivo, a organização e desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais, entre outros, voltados ao atendimento da criança, adolescente, idoso e nos programas de interesse público e da comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a ASVI, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar o problema da classe menos privilegiada, seria propor a esta casa a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 006/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Monte Moriá de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Monte Moriá de Assistência Social, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 26 de novembro de 1994 e registrada sob nº 917, Livro A/1 de Pessoas Jurídicas, cartório de registros de títulos e documentos da Comarca de Sengés, Estado do Paraná.

A Associação Monte Moriá, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter Assistencial, Educacional, Cultural e religioso, prestando atendimento às pessoas carentes daquela comunidade, gratuitamente, em atendimento ao seu Estatuto.

A Associação, promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa independente da raça, cor, condições social, profissional, credo religioso ou político, orientando suas atividades dentro dos princípios cristãos.

Além das finalidades acima mencionadas, a Associação Monte Moriá, tem por objetivo, a organização e desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais, entre outros, voltados ao atendimento da criança, adolescentes, idosos e nos programas de interesse público e da comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a Associação Monte Moriá, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 007/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica Estrela de Morretes, com sede e foro no Município de Morretes - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Estrela de Morretes, constitui-se numa sociedade civil de caráter filantrópico e cultural, sem fins lucrativos, com a finalidade de reunir homens livres e de bons costumes que imbuídos dos melhores sentimentos de solidariedade humana trabalham pelo aperfeiçoamento moral, espiritual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever da prática da beneficência.

Suas atividades são voltadas para o auxílio ao município e às comunidades carentes, constando entre elas: campanha do material escolar, campanha do agasalho aos necessitados, acompanhamento social para famílias carentes residentes no "lixão", auxílio ao abrigo dos idosos e ao orfanato, participação intensa em campanhas de vacinação, doação de sangue e alimentação às crianças carentes, entre outras atividades de elevado teor social.

Em função da exposição dos motivos supra, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 008/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica "Emanuel" de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro na Cidade de Itamaracá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Evangélica "Emanuel" de Desenvol-

vimento Assistencial, Educacional e Cultural, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 30 de janeiro de 1996 e registrada sob nº 081, fls nº 074 a 076vº, Livro A-2/PJ., de Registro de Pessoas Jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Andirá (distrito da sede), Estado do Paraná.

A Sociedade Evangélica "Emanuel" de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, também denominada "SEDAEC", é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter Assistencial, Educacional e Cultural, prestando atendimento às pessoas carentes daquela comunidade, gratuitamente, em atendimento ao seu Estatuto.

A SEDAEC, promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa independente da raça, cor, condições social, profissional, credo religioso ou político.

Além das finalidades acima mencionadas, a SEDAEC, tem por objetivo, a organização e desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais, entre outros, voltados ao atendimento da criança, adolescente, idoso e nos programas de interesse público e da comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a SEDAEC, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar o problema da classe menos privilegiada, seria propor a esta casa a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 009/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o prêmio "Bravura", outorgado aos Policiais Civis, Militares, Bombeiros e todos os cidadãos, que praticarem atos de coragem ou heroísmo.

Parágrafo Único - Os respectivos homenageados

serão condecorados, e receberão troféus ou placas alusivas, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um estímulo, para o fortalecimento das instituições que prestam relevantes serviços à comunidade, premiando os heróis, pelos seus atos de bravura em prol do Povo Paranaense.

Nada mais justo e necessário, homenagear tais atos de civismo acompanhado de solenidade, com placas alusivas, para que sejam sempre lembrados e perpetuados nos anais da nossa História, servindo de exemplo para as futuras gerações dos defensores da lei, da ordem e da segurança do Nosso Povo.

PROJETO DE LEI Nº 010/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Projeto Esperança, Entidade de Apoio ao Menor do município de Alvorada do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) EDNO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

Tem como fim único dar atendimento especificamente nas áreas de filantropia, assistenciais e beneficentes tais como, especificamente a instrução e educação de jovens.

No atendimento de seus fins, não levará, e nunca levou até a presente data no atendimento de seus fins, para que foi criada a cor, raça, estado, credo religioso e filantrópico dos seus assistidos, atendendo em particular e especialmente os mais carentes e necessitados, tendo em vista a recuperação espiritual, moral e cultural destas crianças.

A sociedade supramencionada tem como recursos econômicos ou renda, verba oriunda de quota mensal paga pelos contribuintes.

O presente pedido e solicitação ora apresentada aos nobres Pares, para que seja ela declarada de Utilidade Pública através desta Casa de Leis, com isso possibilitando que a mesma receba verbas junto ao Governo do Estado e conseqüentemente melhore seu índice de atendimento às crianças.

PROJETO DE LEI Nº 011/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Antônio Casemiro Belinati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná, uma das maiores honrarias que é concedida aos homens de bem que prestaram e que prestam serviços à comunidade Paranaense, é proposto a um dos grandes batalhadores em prol do Norte pioneiro.

Antônio Casemiro Belinati, nascido em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1943, filho do Ferroviário Senhor José Belinati e Helena Casemiro Belinati, e casado com a atual vice-Governadora do Estado do Paraná Senhora Emilia Salles Belinati, com quem tem três filhos. Veio do Mato Grosso do Sul, para ajudar no desenvolvimento do nosso Estado, principalmente a região norte paranaense.

Iniciou sua carreira política em 1968, pelas portas do rádio e da televisão. Trabalhou em quase todas as emissoras de rádio de Londrina. Foi o primeiro apresentador do telejornal do interior do Brasil, na TV Coroados, então, pertencente à Rede dos Diários Associados.

Eleveu-se em 1968 como o vereador mais votado em Londrina pelo antigo MDB. Foi seu primeiro mandato de uma carreira política que já dura 30 anos.

Em 1970, eleveu-se Deputado Estadual, também como um dos candidatos mais votados para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Em 1974, eleveu-se Deputado Federal como um dos dez candidatos mais votados em todo o Brasil.

Em 1976, disputa a Prefeitura de Londrina e eleveu-se para sua primeira gestão como Prefeito, num mandato de seis anos.

Em 1982, eleveu-se para seu segundo mandato como Deputado Estadual.

Em 1986 é novamente eleito para uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Em 1988, vence as eleições para sua gestão à frente da Prefeitura de Londrina.

Em 1994, eleveu-se Deputado Estadual com expressiva votação no Estado. E seu quarto mandato na Assembléia Legislativa.

Em 1996, consegue o mérito de ser o tri-Prefeito de Londrina, a terceira cidade do Sul do País.

PROJETO DE LEI Nº 012/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As multas estaduais de trânsito, no perímetro urbano ou rodoviário, no valor acima de 1.000 UFIR'S serão parcelados da seguinte forma:

De 1.000 a 3.000 UFIR'S - 6 vezes
acima de 3.000 UFIR'S - 12 vezes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Na composição da receita do Estado exerce papel importante a arrecadação feita através da aplicação de medidas educativas, corretivas e disciplinares no trânsito.

As multas de trânsito, em especial as rodoviárias, são cumulativas e pela reincidência, muitas vezes veículos - que são o instrumento de trabalho e ganha pão de muitas famílias - são apreendidos e recolhidos no pátio do DETRAN.

Entretanto, se houvesse a possibilidade legal de parcelamento, muitas dessas inadimplências não ocorreriam pois muitos são os casos em que o devedor não possui condições financeiras para saldar seu débito todo de uma vez, mas possui condições de fazê-lo em parcelas.

Assim a apresentação do presente Projeto de Lei visa não só acrescer a arrecadação do Estado, mas sobretudo, diminuir o número de inadimplentes com relação aos débitos de trânsito e minimizar o problema social cansado com o crescimento cumulativo dos débitos e conseqüente e comprometimento da sobrevivência familiar.

PROJETO DE LEI Nº 013/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO - com sede e foro no Município de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos (AMAJAKO) foi fundada em 8 de agosto de 1993 e é uma entidade civil, seus fins lucrativos, suas finalidades fundamentais são: a) a defesa de melhores condições de vida para a população; b) a congregação aos moradores do bairro na busca geral de suas necessidades; c) a promoção de debates, palestras, seminários e outras iniciativas; d) a organização e manutenção de serviços de assistência no apoio de interesse da comunidade; e) realizar levantamentos, pesquisas, estudos e outras iniciativas; g) promover, desenvolver, junto com as diversas organizações da comunidade atividades que visem a interesses comuns.

Sediada à Rua Alvaro Moleta nº 297 Vila Nori B, no Pilarzinho, nesta Capital, a AMAJAKO está devidamente cadastrada no CGC/MF sob nº 73.575.946/0001-50 e foi

declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 8719 de 17.10.95, publicada no DOM nº 81

Sua Diretoria não é remunerada, sob qualquer título.

Vivendo de donativos e contribuições a AMAJAKO vem, com grande empenho, trabalho e dedicação de seus membros realizando um grande e belo trabalho em favor da comunidade do Jardim Kosmos.

Face a importância e relevância do trabalho desenvolvido por essa Associação, é que buscamos a presente declaração de Utilidade Pública.

Em anexo, documentos da Associação.

PROJETO DE LEI Nº 014/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Cardiologia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Paranaense de Cardiologia foi fundada em 1º de setembro de 1966, sem finalidade lucrativa e vem cumprindo com seus objetivos iniciais de congregar médicos e demais profissionais que se interessam pela Cardiologia, aprofundando a pesquisa científica e tecnológica neste importante campo da Medicina.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nossos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 015/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Federação de Atletismo do Paraná foi fundada em 23 de maio de 1932, com a denominação de Liga Atlética Paranaense e com o objetivo de dirigir, difundir e incentivar o atletismo no Estado do Paraná, promovendo a realização de torneios e campeonatos para incrementar a prática desta formidável atividade desportiva.

Como bem demonstra o relatório de atividades da Federação, os objetivos estão sendo cumpridos e sendo assim esperamos contar com apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 016/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Esportiva Moradias Itiberê, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA.

A Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Esportiva Moradias Itiberê tem por objetivo buscar soluções aos problemas da comunidade que representa e proporciona aos seus associados atividades ligadas a cultura, recreação e esportes, além de representá-los perante as autoridades administrativas e judiciárias constituídas.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da declaração de Utilidade Pública desta entidade, que foi fundada em 10 de junho de 1990.

PROJETO DE LEI Nº 017/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Sonho Meu, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA.

A Creche Sonho Meu é uma entidade de caráter filantrópico, que presta assistência social, médica e educacional aos pobres da região de Almirante Tamandaré e foi constituída em dezembro de 1996.

Havendo mérito na proposta que ora apresentamos, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 018/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Esportes para Deficientes Físicos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento: Renato Adur, Emerson Nerone, Irineu Colombo e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA.

A Associação Pontagrossense de Esportes para Deficientes Físicos tem por objetivo instituir e ordenar amplo serviço nas áreas: recreativas, esportivas e culturais, aos portadores de deficiências físicas, não sensoriais e mentais, proporcionando atividades recreativas, desportivas e sociais a seus associados.

A Associação Pontagrossense de Esportes para Deficientes Físicos já é considerada de Utilidade Pública a nível municipal, conforme Lei nº 5.710, de 13 de novembro de 1996.

PROJETO DE LEI Nº 019/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores da Vila Araguaia, com sede e foro nesta cidade e capital de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA.

A Associação de Moradores da Vila Araguaia, entidade fundada em 17.08.94, com sede no Bairro do Capão da Imbuía, dedica-se a programas voltados para o bem estar dos moradores daquele bairro, sem fins lucrativos, principalmente no auxílio das famílias mais necessitadas, carentes e de poucos recursos financeiros.

A Diretoria, em conjunto com outras pessoas colaboradoras, vem atendendo estas famílias, com encaminhamentos médicos, distribuição de medicamentos, cestas básicas, escolaridade e outros programas que dizem respeito ao bem estar desta famílias.

É uma instituição filantrópica e pelo trabalho que vem desenvolvendo, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 020/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a instituição de Taxa de Segurança Preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar:

1 - Acrescenta ao § 2º do Art. 8º, o inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - à segurança preventiva dos jogos de futebol.

§ 2º - Suprima-se da Tabela para Cálculo da TSP no item 1.12 a expressão futebol.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

É obrigação do poder público assegurar a segurança da população, principalmente em eventos públicos.

Sabemos que no Brasil a paixão pelo futebol está enraizada na vida do nosso povo e, em muitos casos, é a única alegria que é proporcionada às comunidades mais carentes.

Tal propositura justifica-se face o caráter deficitário das atividades futebolísticas em nosso país, que diferentemente dos centros maiores, como o europeu, reveste-se de caráter amador e sem fins lucrativos, com a paixão suplantando o lado empresarial.

No nosso Estado e em quase todo o Brasil são os abnegados dirigentes que financiam os clubes, pois as arrecadações nunca são condizentes com as despesas cada vez maiores.

A cobrança da taxa supracitada, além de onerar mais ainda as combatidas finanças dos nossos clubes, é injusta, pois está se cobrando por algo que é obrigação do estado assegurar, a segurança do seu povo. Assim sendo, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a supressão da referida taxa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É a primeira vez que utilizo a tribuna depois de assumir o mandato, e gostaria neste momento de tecer algumas considerações, a respeito das últimas eleições da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

As eleições da Mesa, na verdade originou a divul-

gação de pequenas notas em jornais comentando a respeito de nós, Deputados recém assumidos, saídos da Câmara Municipal de Curitiba, estivéssemos envolvidos talvez em negociata de voto para o Presidente Anibal Khury.

Ora, Senhores Deputados, quando nós assumimos em janeiro, praticamente o processo eleitoral da Mesa Executiva já estava consolidada. O processo eleitoral do Presidente Anibal Khury e dos demais membros da Mesa Executiva já estava em pleno andamento e praticamente definido nos seus objetivos. Nós apenas nos somamos, inclusive quero declarar nos seus objetivos. Apenas nos somamos, inclusive quero declarar voto, foi um voto aberto, apesar de secreto. Mas votamos ao Presidente Anibal Khury como nesse processo todo, não fomos procurados por nenhuma liderança, nem a Liderança do Governo, Deputado Rossoni, nos solicitando o veto de qualquer nome à Mesa Executiva. Tanto é que o nosso voto para a Mesa Executiva foi plena, sem nenhum veto, de qualquer nome. Nós votamos, particularmente votei na chapa integral para a Mesa Executiva.

Então, não tem fundamento qualquer manifestação da parte da imprensa quando se colocou notas, que nesse processo houve qualquer negociar de votos. Acho um absurdo, considero uma brincadeira de mau gosto porque era chapa única, candidato único, e já estava o processo consolidado. Talvez, até aproveito para esclarecer os nobres colegas da Assembléia que ao assumir em janeiro, realmente encaminhei correspondências a todos os Prefeitos do Paraná, colocando-nos à disposição, mas ao mesmo tempo respeitando as fronteiras políticas de cada Parlamentar. Talvez algum Deputado não entendendo essa atitude, talvez tenha tido a iniciativa de inserir essa matéria nos meios de comunicação. Por isso que aproveito esse momento para esclarecer ao douto Plenário, aos nossos colegas, essa posição nossa, com referência ao processo eleitoral da Mesa Executiva da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente Senhora e Senhores Deputados.

No ano de 1996, tivemos por esse País afora uma série de fatos dramáticos no atendimento à saúde da população. Foi o caso da Clínica Santa Genoveva com 99 pessoas morrendo. Os bebês em Rondônia e Fortaleza, os casos de Pernambuco, enfim, um rosário de tragédias e de mortes por causa do péssimo atendimento na área de saúde.

Em 1997 que achávamos que poderíamos iniciar com outra perspectiva no Hospital Universitário de Maringá, oficialmente tornado público são 07 mortes por falta de atendimento adequado, por falta de estrutura no atendimento médico. Hospital esse ligado ao Governo do Estado do Paraná que nos três últimos anos tem minuído o seu orçamento à área da saúde, sendo que para este ano está com 2,5 da arrecadação própria. Enquanto discurso, campeia por este Estado afora como sendo o Estado onde o setor de saúde tem atendido bem a população, o que não é verdade.

E aqui em nossa Capital onde o sistema é municipalizado, que a responsabilidade é do Município de Curitiba, ontem à noite em frente ao Hospital Evangélico houve uma manifestação pública que continuará hoje na frente da Secretaria Municipal de Saúde. Tudo isto, porque o atendimento à saúde no nosso Estado e na nossa Capital está muito aquém das necessidades da população. Muito aquém daquilo que é de direito da população, que é um Sistema Único de Saúde adequado, universali-

zado no seu atendimento, igualitário aonde todos tenham direito à saúde.

Senhores Deputados, domingo, dia 26 de janeiro, deste ano, Clóvis Pereira de Almeida, um jovem de 16 anos de idade, foi levado às pressas ao Hospital Evangélico, hoje um hospital que está sob a gestão pública do Secretário Municipal de Saúde e do atual Prefeito, que já é a 3ª administração do PDT, Partido mais do que responsável pela situação de saúde no nosso município, fez com que esse jovem permanecesse nos corredores implorando atendimento por mais de três horas, quando o atendimento veio era tarde, e a morte leva mais uma vítima de 16 anos de idade. E não adianta o Poder Público querer explicar e justificar, porque quando a morte bate na porta da sua casa, só assim você vai sentir a dor, sabe falar dela quem a sente; a morte sabe senti-la quem teve um familiar seu que partiu; sabe senti-la aquele que viveu a situação, quando esse jovem poderia ter sido salvo.

Por isso, que tenho apoiado esse movimento que tem sido levado em Curitiba, pela implementação do Sistema Único de Saúde, não só em Curitiba, mas um movimento que vai ganhar fôlego a nível nacional, porque é necessário que a população tenha os seus direitos e as suas necessidades atendidas. Enquanto isso Fernando Henrique Cardoso viajando só faz ficar por esse mundo afora e hoje se fala em privatizar o Sistema Único de Saúde, enquanto isso a Secretaria Estadual de Saúde faz discurso contra o setor privado e favorável a maior quantidade de leitos no Sistema Único de Saúde, mas não teve uma ação radical, uma ação séria e concreta, punitiva àqueles que boicotam leitos do SUS; como até hoje não teve uma ação séria e concreta contra esses hospitais que de maneira irresponsável têm atendido a população que os tem procurado. Não adianta o discurso sem a ação concreta.

Enquanto ficar no discurso são as sete vidas no Hospital Universitário de Maringá. É vida de jovens como o Clóvis Pereira de Almeida, é a vida da classe trabalhadora que quando não está no desemprego está na fome, na miséria e sendo vítima dos nossos governantes que de uma maneira indireta são todos assassinos porque permitem que este tipo de atendimento seja dado no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e convido o ilustre Deputado Edno Guimarães a assumir a 2ª Secretaria.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente quero parabenizar e dar o meu apoio ao Deputado Júlio Ando pela brincadeira de mau gosto feita a Vossa Excelência, e tem o direito de mandar correspondência a quem bem queira porque Vossa Excelência não é Deputado de uma cidade só, é Deputado do Paraná, este Parlamento é Paraná, todos os Deputados estão aqui para lutar pelo Estado do Paraná então nada mais cumpriu Vossa Excelência do que dizer aos Senhores Prefeitos do Paraná que o Senhor está aqui para dar de si antes de pensar em si. Conte com o meu apoio.

O segundo adendo que faço neste pequeno pronunciamento é endossar as palavras do Deputado Rosinha. Recebi hoje da família do Clóvis Pereira de Almeida o descaso, a sacanagem que sofreu este jovem num hospital da Capital do Estado e morreu por falta de atendimento médico. É lamentável, profundamente lamentável, o debate que começa a se travar e como fiz o fax do Deputado Rosinha: "quem cala, consente" e nós não co-

demos nos calar à frente do descaso que se encontra a saúde pública em todo o Brasil. Não se trata apenas de Paraná e fiquei indignado ao ler a Folha de Londrina de hoje e ao ler também o mesmo tópico na Gazeta, no Estado do Paraná, no Jornal Indústria & Comércio, de que o meu Presidente em quem votei, Fernando Henrique Cardoso, baseou o seu pronunciamento para a próxima legislatura apenas para trabalhar em educação porque um assessor do Senhor Presidente trouxe a ele o discurso do Presidente Clinton aonde o Clinton baseava o seu pronunciamento para a sua nova gestão na área da educação. Então fiquei pensativo se o meu Presidente tem personalidade própria ou não porque nós estamos no Brasil e não estamos nos Estados Unidos. Aqui temos problemas de saúde, de educação, problemas na agricultura. Quando se fala na agricultura tenho ainda algumas ressalvas a fazer porque acho que o problema é que estamos muito preocupados com os sem-terra mas estamos nos esquecendo do pequeno agricultor, do pequeno produtor que não tem financiamento em banco, que é escravizado pelas instituições financeiras deste País, lamentavelmente, quando chega um grande fazendeiro ele tem crédito, quando chega um pequeno agricultor que vem atrás de um financiamento, ele é menosprezado, e a maioria dos pequenos agricultores do Paraná e de toda a Nação brasileira são escravos, são presidiários dos grandes banqueiros da Nação brasileira. Desafiarme se estou falando mentira, não existe um pequeno agricultor neste País que não deva a sua terra aos grandes banqueiros que imperam na Nação brasileira. Então, temos que nos preocupar sim com o movimento dos sem-terras, mas aqueles que realmente precisam da terra para plantar, para produzir, mas não adianta dar terra aos sem-terras se ele não vai ter um trator, se ele não vai ter um financiamento. Ontem ouvia atentamente um pronunciamento da Rainha numa entrevista da Rede Globo e fiquei pensando comigo o que diz o Ministro da Reforma Agrária, o que dizia a Rainha. Não posso entender, se aquele que tem terra já passa por dificuldades para financiar o adubo, para financiar o implemento agrícola, para financiar a sua terra; o que vai acontecer com o sem-terra que não tem financiamento em banco, não tem trator Deputado Calto, não tem nada. E fiquei indignado em ver o Rainha com um celular e com uma S-10 Chevrolet - 0 Km. Esse movimento é fantástico, está dando muito. Não quero entrar por aí, porque daí fico louco.

Para finalizar quero parabenizar a FUNDEPAR do meu Governo, Governo Jaime Lerner, que começa a colocar em prática hoje a ajuda a trezentos e vinte e nove Municípios do Estado do Paraná, isso tem que ficar registrado nesta Casa, 329 Municípios do Paraná serão atendidos com mais de três bilhões de reais em carteiras escolares, em geladeiras, em Kits escolares e uma série, basta ler a Folha de Londrina de hoje, trouxe uma reportagem ampla no segundo caderno, no caderno do Paraná, aonde mostra aquilo que a FUNDEPAR começa a colocar em prática hoje no Estado do Paraná, porque não só como Deputado de Londrina, de Curitiba, de Maringá, porque fiz votos em todas as cidades do Paraná, e aonde fiz um voto tenho que dar satisfação a este eleitor. Então como Deputado da cidadania, da ação social, quero parabenizar o Doutor Zig, a FUNDEPAR, por ter colocado, a partir de hoje, em prática um dos maiores trabalhos de cidadania na área de educação do Estado do Paraná. Não posso admitir Deputado Júlio Ando, Vossa Excelência que deu a sua vida no Parlamento Municipal da Capital desse Estado, nem eu, nem Vossa Excelência, como fui Vereador também por seis anos, não podemos admitir que num Estado em que recebemos montadoras, fábri-

cas de automóveis, uma criança não tenha um assento para poder estudar, não posso admitir. Então, só tenho a parabenizar nesta tarde a FUNDEPAR e parabenizar a reportagem da Folha de Londrina, por esta matéria, e me deixou muito feliz. São milhares e milhares de crianças paranaenses ou que de outros Estados vieram ou que de outras plagas vieram, aqui plantar, aqui ajudar, aqui a reger e fazer deste meu Paraná o melhor Estado do Brasil, não posso deixar de parabenizar a FUNDEPAR, o Governo do Estado, para colocar em prática hoje, aquilo que até o meu amigo, Deputado Ângelo Vanhoni pregava na sua campanha política, no seu quadro de ensino, no horário do Tribunal Regional Eleitoral: educação plena, soberana, aos filhos do Paraná. E oxalá, eu, todos nós, seja do PMDB, do PTB, do PFL, do PDT, do PT, todos os partidos do Paraná sejam agraciados com esse programa de Governo, que o meu Governador, e que o meu Secretário da FUNDEPAR, comecem a colocar em prática hoje no Estado do Paraná. Que coloquem em prática, e vamos continuar vigilantes para que todos os municípios do Paraná, nós, a bancada do PTB, através da minha pessoa, do Deputado Ademar Traiano, vice-Líder, enfim, de todos os Deputados desta Casa, temos que estar vigilantes para que este programa não apenas comece, vá ao meio e chegue ao seu final. Que todas as escolas do Paraná e todas as suas crianças sejam beneficiadas nesse programa do meu Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estava, hoje, pela manhã, dirigindo-me à Assembléia Legislativa, e, como de costume liguei o rádio do meu veículo, e sintonizei na rádio que toca somente notícias, na Rádio CBN. E uma notícia me agradou muito, a respeito da Cidade de Maringá.

A Câmara de Vereadores da Cidade de Maringá resolveu instituir a TV a Cabo, para que a população de Maringá tenha acesso ao que está acontecendo no Legislativo Municipal de Maringá.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Jornal da CBN, pela manhã, a partir das 9:00 hs., nós sabemos, é comandado pelo Jornalista Willy, que é o âncora do jornal, e pelo comentarista, nosso grande amigo, grande colega, um dos melhores jornalistas, do Estado do Paraná, o Luiz Geraldo Mazza, que tem uma coluna no Folha de Londrina, e faz comentários, crônicas diárias, através da Rádio CBN.

Para meu espanto, Senhores Deputados, tanto o âncora da Rádio CBN, quanto o comentarista, meu caro e dileto amigo Luiz Geraldo Mazza foram absurdamente contrários à iniciativa dos vereadores da Câmara de Maringá. E, ainda, lembro perfeitamente as palavras do âncora deste jornal, que na realidade dizendo de que a proposta dos vereadores de Maringá era demagógica, que não tinha sentido, e que na realidade plagueava aquela experiência que o Senado Federal fez, ao instituir a TV Senado para difundir na população brasileira, que os senadores da república trabalham.

Ora, esta pode ser até uma opinião particular do jornalista, da pessoa, de que a TV Senado não serve para nada, não tem sentido, de que a TV, lá de Maringá não tenha sentido, de que a transparência, a possibilidade, a publicação dos trabalhos do legislativo não tenha sentido para a opinião pública, para os eleitores em função do conteúdo que é passado, mas isso é uma posição

pessoal. Agora, um jornalista através de um veículo de comunicação, quando o Poder Legislativo, neste País, necessita de transparência cada vez maior, de uma vinculação cada vez mais orgânica com a sociedade brasileira, dando transparência de seus atos, e o grande recurso que hoje a tecnologia nos oferece que é através da televisão, da mídia, sobretudo os canais agora da tv a cabo, tendo quase custo zero, a não ser a produção dos informativos do ponto de vista do Senado, das Câmaras Municipais e das Assembléias Legislativas, parece-me uma opinião perigosa de se tomar, por parte da imprensa, sobretudo de pessoas tão importantes que têm uma influência muito grande na formação da consciência do povo do Paraná e de Curitiba, como é o jornalista José Willy e como o comentarista Luiz Geraldo Mazza.

Tenho uma opinião completamente diferente, em que pese que eu discorde, muitas vezes, dos assuntos que são arrolados na TV Senado, ou da programação deste canal de televisão como vem sendo conduzido pela Mesa do Senado. Mas a instituição, a consolidação perante a opinião pública, perante os eleitores e a sociedade em geral de um canal aberto, através da televisão, para dar notícias do que acontece na Câmara Federal, no Senado, nas Assembléias Legislativas, parece-me nos dias de hoje, de fundamental importância para uma maior viabilidade do que acontece na política no nosso País, para o conjunto da sociedade.

Então eu gostaria, não sei se hoje tem aqui algum jornalista trabalhando e representando a CBN, mas eu gostaria e vou mandar uma carta à produção do programa, porque eu me disponho a ir debater ao vivo, no ar, com o Mazza e com o Willy, ou com qualquer um, para demonstrar a importância dessa iniciativa. Iniciativa esta que foi tomada a princípio pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais e lá tem isso como uma tradição, não na TV a cabo mas no horário da televisão comercial eles têm inserções diárias há mais de 4 anos. Agora estão caminhando para uma TV a cabo, com um espaço maior para noticiar o que se passa no Legislativo do Estado do Minas Gerais. A Assembléia de São Paulo já aprovou Resolução neste sentido, o Deputado Caíto Quintana e demais Deputados, aqui na Assembléia Legislativa, já manifestaram a intenção, em conversar com o Presidente desta Casa, de nós seguirmos essa trajetória, e tentarmos viabilizar estudos e instituir isso aqui também no Paraná.

Parece-me que, independente de conteúdo, mas a iniciativa de se consolidar um canal de diálogo com a sociedade, diretamente através da televisão, seja a paga ou a normal, parece-me uma das melhores atitudes que o Legislativo teve no nosso País, nos últimos anos.

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Vanhoni, nós estivemos juntos conversando com a Executiva sobre isso.

Vejam bem, Senhores Deputados, a prática da divulgação do que acontece no Poder Legislativo. Eu daria um exemplo, antes de sair daqui, uma CPI que já perdeu a sua razão porque fazem 4 anos que ela havia sido aprovada e não foi instalada, de modo que teria que ser feita novamente. Era uma CPI que falava sobre as reservas indígenas do Paraná. Veja bem, Deputado, se nós tivéssemos um canal de divulgação na opinião pública, este canal poderia filmar as reservas, a vida do índio, a derubada da mata, os padrões que se estabelecem, o que está certo e o que está errado, ouvir a sociedade, quem entende do assunto, e fazer a sociedade participar deste debate através de um canal-hoje, como V. Exa. diz, barafestíssimo, que são os canais a cabo de TV Alternativa.

O Deputado Trevisan tem um Projeto aqui nesta Casa altamente polêmico e difundido, algumas vezes

corretamente, outras formas sem o devido cuidado que merece o assunto sobre ensino de 3º grau.

Se nós tivéssemos na Casa um canal alternativo, poderíamos discutir com os estudantes, com os professores, com a sociedade, com os pais, com todo mundo a respeito desse assunto, de forma que a Assembléia se transformasse efetivamente num instrumento de discussão e de ressonância dos grandes problemas do Paraná.

O que eu lamento, como V. Exa., é que algumas pessoas tentam calar a imagem do Legislativo, vender a imagem do Legislativo perante a sociedade da forma que melhor lhes prover, generalizando os atos dos Deputados, colocando na vala comum a cada um dos Parlamentares, quer seja municipal, estadual ou federal. Mas os que defendem o final da "Voz do Brasil", por exemplo um instrumento democrático para a pessoa conhecer aquilo que acontece no Executivo, no Judiciário e no Legislativo do nosso País, são os mesmos que eu perguntaria se deixariam os horários pagos pelo Executivo nas suas Emissoras de Rádio, nos seus jornais para transmitirem as notícias que interessam a outros setores do Poder.

Então eu parabeno com V. Exa., até porque tem um requerimento aprovado nesta Casa pedindo exatamente quanto está gastando o Estado com determinadas emissoras aqui da nossa capital, por terem distorcido completamente aquilo que aconteceu com a convocação da Assembléia Legislativa, que foi uma convocação do Governo e acabou transparecendo perante a opinião pública que se fosse uma maneira arranjada pelos Parlamentares para receber um salário a mais.

Muito Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Concedo Aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Vanhoni, agradeço o aparte.

O Deputado Caíto Quintana fez uma explanação que resume praticamente o que penso. Há poucos dias atrás, com quase 60 milhões de espectadores olhando a televisão, nós vimos o pronunciamento de um ator que representava naquele momento o Senador, no Senado da República, aonde na interpretação da cena nós vimos o Senado da República sem nenhum Senador, ou com poucos Senadores conversando um com o outro e lá, fazendo seu pronunciamento, o Senador da novela que acabou esses dias.

Agora, eu pergunto o seguinte, será que a população não tem através da Tv a cabo do Senado o direito de verificar como é que funciona o Senado? Acho que o interesse é da sociedade em saber como é que funciona o Legislativo. Eu vinha a poucos dias atrás, antes do recesso Parlamentar, e ouvia pela rádio Guaíba de Porto Alegre a transmissão ao vivo da Sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Acho isso importante, como falou o Deputado Caíto - será que a população não teria que ter ela mesmo as informações necessárias para ter o discernimento e o seu juízo com relação ao Parlamento Brasileiro? ou é só nos noticiários sem a contra-argumentação?

Não estou falando absolutamente dessa notícia na CBN e concordo com V. Exa., são dois grandes jornalistas inclusive com um pensamento com relação as questões políticas muito discernimento, as pessoas que tem vivência política, que têm uma contribuição com o Estado democrático em que vivemos e tal. Mas não é possível que nós tenhamos apenas discordância, acho que V. Exa. faz do seu pronunciamento uma proposta corretíssima. Vamos debater essa questão que não é apenas a questão da TV a cabo, que não é apenas a trans-

missão de uma rádio aqui da sessão da Assembleia Legislativa ou de uma Câmara de Vereadores. Agora é o seguinte, V. Exa falou, tem coisas que eu discordo, até na "Voz do Brasil", inclusive. Agora, quantas coisas a população brasileira é obrigada a ver na televisão e ouvir no rádio que nos discordamos, em horários nobres e que atingem uma percentagem muito grande da população.

Eu acho que nós temos que discutir com profundidade essa questão, porque nos interessa que a população saiba de como funciona a Assembleia Legislativa, de como funciona a Câmara de Vereadores, de como funciona o Senado da República, enfim, o Parlamento Brasileiro, porque o contraditório que é fundamental para que nós possamos estabelecer ao revés desta imagem que nós temos hoje do Poder Legislativo do nosso País. Muito Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Eu sou daqueles que não gos-

to..., eu acho que a vida nossa nos dias de hoje ela está banalizada e muito, seja pelas questões sociais, seja pela violência, pela confusão ideológica que existe hoje no mundo todo, e a política em especial passa por um processo de infantilização e despolitização da sociedade que a gente nunca assistiu em outras épocas, o atual Governador quando era Prefeito nessa cidade, o Governador Jaime Lerner, porque se apresentava para a população como um técnico, dizendo o seguinte: - olha, eu não sou político, sou um técnico. Uma vez eu até o admoestei, dizendo: Governador, Prefeito, o senhor é o principal responsável pelas principais decisões dessa cidade. O senhor não pode continuar com esse discurso, reforçando o senso comum, de que a política é uma coisa de menor categoria, uma coisa de menor importância na vida dos homens, pelo contrário, o senhor tem uma responsabilidade e nós pessoas públicas, seja jornalista, seja deputado, seja vereador, temos uma responsabilidade para resgatar a política para a função principal da vida humana, que é de tratar dos interesses da maioria e da coletividade. Tentar resgatar para o lugar que lhe é devido a praxes políticas, coisa que nós não temos feito. Então é uma coisa muito ruim nós assistirmos por parte da imprensa ou por parte de mandatários de cargos públicos um achincalhe de uma função vital da vida humana, que é a função política.

Outra coisa que me traz a tribuna Senhor Presidente, é a respeito do Banco do Estado do Paraná quando anunciou recentemente o Presidente do Banco um projeto de reestruturação do Banco. Foi ventilado agora, recentemente na Gazeta do Povo. E o protocolo que foi entregue no Banco Central de reestruturação do Banco do Estado do Paraná. Não vou discorrer sobre todo o programa de reestruturação, mas em uma questão eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados. Fundamentalmente o programa de reestruturação do Banco, o programa todo que tem vários itens ele prevê um enxugamento do Banco do Estado no decorrer de dois anos, na ordem de 54 milhões de reais, perto de 60 milhões de reais. O Banco precisa, segundo os dados da atual diretoria, ele precisa passar por um processo de redimensionamento das suas áreas de atuação, área comercial, área administrativa, área de custeio, área de pessoal, de todas as áreas, ele precisa ter um redimensionamento para que ele nesses próximos dois anos ele possa economizar perto de 60 milhões de reais. Pois bem, a principal alavanca que o Banco está colocando para resolver o problema de reestruturação da empresa em função das circunstâncias, neste momento que a economia atravessa, da alta inadimplência em função do plano real, dos problemas todos que as instituições financeiras têm re-

caem sem nenhuma pena sobre os ombros dos funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Vou esclarecer como: os funcionários de um Banco do Estado, tem funcionários que recebem, que trabalham seis horas, e têm funcionários que não trabalham 8 horas. Isto uma praxe dentro do Banco do Estado ou em qualquer Banco há muitos anos. Pois bem, aqueles que trabalham oito horas, trabalham duas horas há mais do que é jornada legalmente constituída do Bancário, trabalham até quinze, há dez, há vinte anos. E tem um ou outro funcionário que recebe uma hora por uma eventualidade. O Gerente precisa naquele final de mês de fazer o caixa da agência ou tem um problema maior na agência, ele puxa no quadro funcional dois ou três funcionários que trabalham seis horas para receber uma taxa extra eventual. Pois bem, o Banco Deputado Caio Quintana, está propondo para os funcionários do Banco do Estado a extinção de 100% das horas extras, que vão atingir 06 mil funcionários do Banco do Estado, que já não recebem aumento salarial há 02 anos; e, agora nesse período de férias onde grande parte da rede nesses meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro retirou férias e, descontando do seu salário 04 meses as férias antecipadas. Quatro mil funcionários correm o risco de receber a folha de pagamento deste mês sem nenhum centavo sequer. O descontentamento na rede do Banco do Estado de Norte a Sul, de Leste a Oeste do Paraná é algo impressionante. Neste momento de tanta dificuldade que o corpo funcional a sua capacidade técnica, a sua competência, a sua relação com a sociedade é importante para alavancar o Banco do Estado para que, ele possa trilhar caminhos para superar a grave crise econômica que passa hoje o sistema financeiro como um todo.

Eu digo isto, porque me preocupa muito. Porque nós sabemos que o Banco do Estado tem outras medidas que podem ser tomadas, que podem redundar ao largo de dois anos, numa equivalente economia próxima a esta meta que a Diretoria do Banco do Estado prevê como uma meta satisfatória para que o Banco atravessasse este período de crise que passa o sistema financeiro.

Eu não vou entrar em detalhes sobre os problemas do Banco do Estado, porque como funcionário do Banco e Deputado, com a responsabilidade que eu sei qual é a de um banco, não cabe nós aqui aprofundar essa discussão com a possibilidade de trazer prejuízos para a imagem do Banco do Estado do Paraná. Mas uma coisa que eu não poderia me furtar, deixar claro para os Senhores Deputados, só em comunicação, em publicidade este ano o Banco gasta vinte e quatro milhões de reais. Vinte e quatro milhões de reais.

O que eu quero propor é que, a exemplo do que nós fizemos na tentativa de resguardar o emprego, a empresa, e defesa de um patrimônio do Estado do Paraná que foi o Bamerindus, que a Assembleia Legislativa faça um esforço constituindo uma comissão de Deputados, para que possa junto à Diretoria do Banco e junto ao corpo funcional fazer um processo que saia uma solução para que não caia tão violentamente nos ombros dos funcionários que já recebem um salário em média que não passa de 580 reais. Cá entre nós, nós sabemos que 580 reais nos dias de hoje mal dá para garantir a sobrevivência da família Banestadense.

Eu trago um apelo em nome dos funcionários, para que os Deputados fiquem sensibilizados pelo problema que passa o Banco do Estado, mas sobretudo, se essas medidas vierem a ser implantadas recairão nos ombros dos funcionários que não tiveram a responsabilidade no passado, pelos problemas que o Banco está passando hoje.

Eu venho propor aqui hoje que a Assembleia cons-

titua uma comissão de Deputados em conjunto com a Diretoria do Banco, com o corpo de funcionários possamos chegar a uma solução mais plausível possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (Aparte) - Eu vejo a sua posição

com esta preocupação, e é a preocupação de todos Parlamentares. Quando Vossa excelência coloca aqui a formação de uma comissão, eu gostaria de sugerir que, nos fizéssemos esta comissão para discutir e ouvir a Diretoria do Banestado, mas de uma forma um pouco diferente. Que não precisasse os partidos indicarem, e sim os seus líderes, porque cada partido já tem o seu líder e que os líderes fizessem parte desta comissão, e eu me coloco a inteira disposição para que nós pudéssemos marcar com a Diretoria do Banestado, para que nós nos inteirássemos corretamente, desta situação. E também, que nos pudéssemos contribuir. Porque o Governo Jaime Lerner tem demonstrado no decorrer destes dois anos, de ser aberto a discutir. Eu acho que neste momento, grave que enfrenta o sistema financeiro brasileiro e o Banestado não vai ser diferente. Nós sabemos nós sabemos também, que algo tem que ser feito porque todas essas Instituições Financeiras estão adotando medidas para o enxugamento, para diminuição de gastos.

Eu acredito que nós Deputados podemos através dos Líderes de Partidos discutirmos com a Diretoria do Banestado e dar a contribuição deste Legislativo para achar uma alternativa, para que possamos diminuir o sofrimento dos funcionários do Banestado. E esta a proposição e me coloco, como líder do Governo a disposição de V. Exa., para marcarmos com a Diretoria já a partir da semana que vem.

O SR. ANGELO VANHONI - Ora, se o Senhor Presidente da Assembléia na condução dos trabalhos, o Deputado Luiz Carlos Zuk assim concordar, porque é da atribuição da Presidência a designação desta comissão, de minha parte acho que fica mais representativa. Porque não se trata apenas de Deputados indicados, ela vai ser constituída por Líderes de Partidos, com assento nesta Casa.

De minha parte acho que a proposta é excelente e gostaria que V. Exa., que já se dispôs entrasse em contato, se o Presidente assim entender, entrasse em contato com o Presidente o Dr. José Ramalho, para que marcas-se até o final da semana, ou no começo da semana, uma conversa com Líderes. Pode ser aqui na Assembléia ou lá mesmo na Direção do Banco do Estado.

O Sr. Valdir Rossoni - Este é o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Mais uma vez a Mesa interferindo e concede ao ilustre Deputado pelo tempo vencido o Horário do PT, o Horário do PL.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado.

Agradeço ao Deputado Horácio Rodrigues do Partido Liberal.

O Sr. Caio Quintana - Agradeço também, Deputado Zuk, porque o assunto é importante, embora tenha havido manifestação do Deputado Rossoni, de procurar um caminho junto com o Deputado Vanhoni.

Segundo, Deputado Vanhoni, os Bancos têm muitas ações praticadas em nome da instituição do Banco para ser cortada antes de cortar salário, vencimentos ou gratificações de funcionários, porque o funcionário, na verdade é o condutor do processo de um banco. E o Banco do Estado do Paraná, um Banco conceituado no nosso Estado, exatamente, pelo espírito de luta de seus

funcionários de buscar para a sua instituição bancária o melhor depósito da praça, o melhor atendimento da praça, captação de recursos. Coisa incomum num banco estadual.

Represento municípios pequenos do nosso Paraná e em quase todos eles o banco mais aguerido na busca do depósito na praça é exatamente, o Banco do Estado do Paraná. E digo uma coisa, Deputado Vanhoni, muitas dessas agências têm deficiência de pessoal. Os funcionários que lá estão trabalhando, redobram-se para poder dar atendimento, a todo o processo que é praticado no município, cito um exemplo: aqui em Curitiba, hoje mesmo fui à Diretoria de Crédito Imobiliário de um banco, uma quadra antes, tem uma agência exclusivamente para arrecadação de impostos e taxas, tributos dos municípios. É isso, a própria agência pratica todos esses recolhimentos. Não vai na farmácia, não vai em lugar nenhum. Vai na agência.

Ora, muitas agências dessas, com uma hora extra a mais, eventual para um funcionário, resolve este problema, que demandaria três ou quatro funcionários mais efetivo se tivesse esse funcionário que chegar na hora exata. Nem um minuto mais, nem um minuto menos. Ele não trabalharia porque estaria havendo uma radicalização. Sou contra a hora-extra desnecessária. Arranjada para prestigiar "cupincha", mas sou contra também o outro extremo, que é proibir toda a hora-extra, porque daí, Deputado Vanhoni, o funcionário bateu o horário dele, ele pode estar no meio de um relatório, que tem que apresentar hoje, ele não pode continuar fazendo, porque não é reconhecido o seu trabalho fora do expediente.

Então acho que é importante levar esta visão ao Banco do Estado que haja critério, sim, mas que a hora extra possa ser utilizada como forma de diminuir a necessidade do funcionário para o término de um serviço que pode ser feito em uma ou duas horas na agência.

O SR. ANGELO VANHONI - Esta sugestão é muito interessante porque está tendo um problema para a população do Estado do Paraná inteiro, pagar as suas contas de água e de luz.

Agora recentemente está sendo noticiado que as contas de água e luz podem ser pagas nas casas lotéricas em convênio com a COPEL e SANEPAR. A rede pública do Banco do Governo do Estado está transferindo essas atribuições que os Bancos particulares e os Bancos oficiais, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil que já não aceitam, o BRADESCO, quando um cidadão comum chega num caixa para pagar uma conta de água ou luz, ele manda atravessar a rua e manda pagar numa agência do Banco do Estado. Esta situação é problemática para o Banco do Estado, porque a COPEL e a SANEPAR não pagam o custo operacional e financeiro da cobrança desses serviços pela rede do Banco do Estado e esses serviços têm um custo de pessoal, um custo de luz, um custo administrativo para que a rede possa executar esses serviços.

Há tempos atrás, quando havia a ciranda financeira, as contas recebidas da SANEPAR e COPEL que ficassem cinco dias depositadas numa agência de Banco, na realidade garantia a sobrevivência da prestação desse serviço. Hoje como não há a ciranda financeira, cada vez que um cidadão aperta uma tecla de um extração de extrato por causa do computador, isso tem um custo para o sistema financeiro, tem um custo para a empresa.

Então o processamento desses serviços precisa ser ressarcido pelas empresas do governo, como não há o ressarcimento, não há outra alternativa ao Banco do Estado, a não ser, tentar transferir essa atribuição que é uma atribuição social, prestar um serviço à comunidade, com um serviço bem feito, com comodidade para pagamento dos seus tributos.

Portanto, acho que essa é uma discussão que devemos levar à diretoria do Banco, porque interessa à diretoria do Banco e talvez tenhamos que levar depois ao governo do Estado, com relação à COPEL e à SANEPAR.

Senhor Presidente, agradeço pelos horários liberados e era isso o que tinha a expor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa se associando ao Deputado Ângelo Vanhoni, está sendo elaborado um requerimento para que as lideranças e a presidência da CCJ, em consonância com a diretoria do BANESTADO, conheçam as ponderações que realmente as exposições de V. Exa. ofereceram.

Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao horário do Grande Expediente. Esta Presidência anuncia, por solicitação do Deputado Romanelli, a presença de Pedro Torné, Presidente do PMDB de Miraselva e da Vereadora do PST daquela comunidade, Tânia Cristina Bento.

Sintam-se em casa, em nome desse Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes do meu pronunciamento, gostaria de me solidarizar com o Deputado Júlio Ando na questão da eleição da Mesa desta Casa.

Entendemos nós do PMDB, que a recondução do Presidente Anibal Khury à Presidência desta Casa, representa, sem dúvida alguma, um amadurecimento da classe política desse Legislativo e que o Deputado Anibal Khury, para nós paranaenses, hoje representa nada mais nada menos do que o equilíbrio das forças políticas em nosso Estado. Diria mais: o Paraná precisa, hoje, muito mais do Deputado Anibal Khury do que o Deputado Anibal Khury do Estado do Paraná.

Mas, Senhores Deputados, hoje quero trazer a esta tribuna a preocupação de mais de cem mil microempresários desta Estado, que, no apagar das luzes de 96, no dia 27 de dezembro, este Plenário, nós, Deputados desta Casa, votamos e aprovamos a Lei 11.651 em que penalizou com impostos mais de cem microempresários do Estado do Paraná, ou seja, acabamos nesse dia, de revogar a Lei 58/91 em que isentava os microempresários do nosso Estado no pagamento do ICMS. Uma medida simples e desburocratizada. A aprovação, a autorização que esta Casa deu no dia 27 de dezembro com a Lei 11.651 que autorizava o Poder Executivo a aderir ao SIMPLES Federal, mediante convênio, ou seja, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas de Pequeno Porte denominado SIMPLES Federal, instituído pela Lei 9.317 de 96 e que visava o tratamento tributário simplificado para as micro e pequenas empresas de todo o país, e também do nosso Estado, teoricamente, proporcionaria uma substancial redução da carga tributária a essas empresas, bem como, também das suas obrigações.

Estou com muita calma porque este assunto, a precipitação do famoso 27 de dezembro, trouxe para os ombros destes Senhores Parlamentares - e quero aqui chamar a atenção - a responsabilidade de mais de 300 mil empregos neste Estado. Enquanto o Governo do Estado está proporcionando benefícios às grandes empresas nacionais e multinacionais, estímulos, nós, aqui, de uma canetada só, passamos a rasteira em mais de cem mil microempresas do Paraná.

É bem verdade que é uma Lei autorizatória a 11.651 e, através dela, o Governo do Estado do Paraná,

a Secretaria da Fazenda, entendendo também os problemas que viriam a ser causados com este sistema, SIMPLES Federal, está propondo a criação de um sistema próprio, ou seja, o SIMPLES Paraná. Não é mais o SIMPLES Federal, é o SIMPLES Paraná, com a mesma filosofia de enquadramento da micro e da pequena empresa nas características próprias, autônomas e independentes.

Segundo, o eminente tributarista, Dr. Eron Arzua, os pressupostos da criação deste SIMPLES Paraná com a não adesão ao SIMPLES Federal, pelo Estado do Paraná, em rigor da verdade, não tem qualquer consistência jurídica. Se não vejamos as argumentações do nosso eminente tributarista:

A SEFA, ou seja, a Secretaria da Fazenda, alega para não adesão ao SIMPLES Federal e para a criação do SIMPLES Paraná, a concentração de arrecadação em poder de união, que os Estados ficariam dependentes dos repasses federais.

O Dr. Eron Arzua, afirma que a concentração e arrecadação em poder de união é argumento que tem o timbre da quebra do monopólio de ingressos tributários estaduais, hoje exercido pelo próprio Banco do Estado do Paraná. Os tributos federais são pagos em qualquer instituição financeira.

Alega mais a Secretaria da Fazenda, que a invasão da competência legal dos Estados: de tributar, arrecadar e fiscalizar.

O Dr. Eron Arzua é categórico que, quando o Estado do Paraná, ao editar esta mesma Lei nº 11.651 de 96, exercitou a sua competência plena, tributária nesta Casa, e por óbvio, também fica estendida às searas de arrecadação e fiscalização. Em matéria de ICMS, a competência do Estado é total e absoluta, e a adesão ao SIMPLES não leva à abdicação de funções de fiscalização do Estado do Paraná, ou seja, o Paraná continua com o seu poder de fiscalização normal, independentemente de qualquer coisa.

Portanto, o argumento da Fazenda, afirma Dr. Arzua, não tem a menor consistência, a menor cabida!

A Secretaria afirma ainda que nenhum Estado aderiu ao convênio. Doutor Eron Arzua rebate essa afirmativa, através do noticiário nacional onde a imprensa toda publicou que o Estado do Maranhão aderiu ao SIMPLES Federal e está implantada a Unidade Federativa, mas mesmo que não tivesse aderido o argumento, não é argumento básico sério para justificar o não ingresso do Paraná no sistema SIMPLES Federal.

Aliás, o Paraná foi o único Estado, diz o Arzua, a amparar a microempresa, reconhecendo a isenção total do ICMS, desde 1991. Esse regime foi revogado agora, sem qualquer consulta aos contribuintes ou entidades de classe.

Quero aqui, Srs. Deputados, fazer um parêntese, que este Parlamentar esteve no SEBRAE do Paraná, antes da aprovação deste Projeto nesta Casa. Consultei o SEBRAE do Paraná, se isto, se esta medida que seria aprovada na Assembléia não traria nenhum prejuízo para o microempresário paranaense. E o SEBRAE do Paraná através do Dr. Hélio me afirmava categoricamente que o microempresário não seria penalizado, ou o SEBRAE estava enganado, desatualizado, ou alguma coisa de errado estava acontecendo, porque o microempresário do Paraná que não pagava o ICMS está pagando a partir da promulgação dessa Lei.

Portanto, Senhores Deputados, eu também gostaria que o SEBRAE fosse ouvido por esta Casa para que pudéssemos elucidar essas dúvidas.

A Secretaria da Fazenda também argumenta que as regras do SIMPLES inviabilizariam o ingresso das microempresas paranaenses com débitos perante a União.

O Doutor Eron, diz que a insinuação de inadimplência generalizada de empreendimentos desse tamanho, não tem aderência com a realidade, pois as próprias instituições financeiras que operam com esse tipo de empresa afiançam que o grau de inadimplência da microempresa está girando em torno de 2% dos mútuos com elas contratados, portanto, também não justifica.

Segundo o parecer também de tributaristas como do escritório Prolik, Doutor José Machado e da Dra. Heloisa Souza, que são reconhecidos no Estado do Paraná e até nacionalmente, pelas suas posições nos setores tributários.

Quanto ao SIMPLES Paraná esta inovação da Secretaria da Fazenda, é de se observar que, primeiramente a revogação do regime fiscal, hoje previsto para as microempresas, de isenção do ICMS, nos termos instituídos pela Lei 58/91, apesar de ser facultativa, continuam os tributaristas, a adesão das microempresas a esse novo regime de tributação, caso tal não ocorra, esses contribuintes passarão a ser normalmente tributados pelo ICMS, o que, então, sem dúvida, acarreta um ônus econômico.

Isso, porque Srs. Deputados, o Artigo 2º, da Lei que aprovamos diz, que a opção pelo SIMPLES implica em desenquadramento dos contribuintes inscritos no regime fiscal da microempresa e que será procedida a apresentação pelo optante de certidão de regularidade fiscal e estadual. E o Parágrafo Único do Artigo 3º, diz que ficam sujeitas as microempresas e as empresas de pequeno porte ao regime normal de tributação e informação, e apuração de impostos, ou seja, essas microempresas serão obrigadas a partir de agora novamente a ter todos os livros de entrada e saída, antes tinham só livros de entrada, tem que ter toda a escrituração como a tabela da microempresa, ela divide pelo valor do faturamento anual, 60 mil, 90 mil, 120 mil, são caracterizados de microempresas, 240 mil, 360, 480, 600 720, são considerados de pequenas empresas, de pequeno porte.

Então, a microempresa será obrigada a ter uma escrituração mensal, a ter uma apresentação anual da sua declaração de faturamento, e ela que poderia estar sendo tributada a princípio numa tabela de 60 mil anual, poderá ir para 120 no final do ano. Isso o que vai acarretar mais escrituração fiscal, mais despesa acessória, mais livros, mais funcionários, mais equipamentos, mais notas fiscais, mais trabalho para a microempresa, não estou falando aqui da pequena empresa que foi beneficiada pelo processo do sistema da SIMPLES Federal.

Portanto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Deputada, os próprios tributaristas consultados por nós que têm credibilidade para darem os seus pareceres, porque são as pessoas que praticamente defendem toda a classe do Paraná no sistema tributário a nível nacional. Esse sistema da SEFA é considerado ou o SIMPLES Paraná, está sendo considerado como um novo imposto, como bitributação.

A previsão de base de cálculo como sendo ora o faturamento mensal, ora a receita bruta mensal, que deverão ser acumulados mês-a-mês o qual incidirá o percentual (alíquota), de 0,5% a 2,5%, desqualifica a natureza jurídica do ICMS, segundo esses tributaristas.

Finalizando, eles dizem que passando a ser contribuinte do ICMS as obrigações acessórias da microempresa vão aumentar sensivelmente pelo processo de estruturação.

Questiona-se, Srs. Deputados, Sr. Presidente, se todas essas obrigações acessórias realmente podem ser consideradas como simples, entendemos que mais fácil seria chamarmos de sistema complicado.

Diante do exposto, o Doutor Eron Arzua propõe que: seria pertinente, então, que houvesse uma reavaliação das premissas de não-adesão do Paraná ao SIM-

PLES Federal e a criação do Simples Estadual, especialmente para não submeter os empreendimentos de pequeno porte ao dever mensal duplo de pagar impostos e contribuições para a União e o Imposto Estadual, sem perder de vista que a atitude estimulará os municípios a instituírem também o seu SIMPLES Municipal através do seu ISS.

Parece, a propósito, um contra-senso na hora em que se outorgam amplos benefícios a grandes empreendimentos no Paraná, corta-se sumariamente a isenção do microempresário que move a máquina de trabalho assalariado neste Estado.

Por isso mesmo, Srs. Deputados, as sugestões e procurando contribuir com a reparação desse erro é que parece evidente, o próprio Doutor Eron Arzua, apresenta sugestões que nos parecem as mais adequadas à nossa realidade, e que, viam sem dúvida alguma amenizar esse trauma causado por essa Lei autorizatória nº 11.651, senão vejamos: primeiro a adesão do Paraná ao SIMPLES Federal com o Recolhimento Unificado das parcelas do Município e do Estado separadas já no próprio Banco arrecadador. Esta parte é do Estado, esta do Município, esta fica definida já no próprio Banco que se arrecada. O sistema bancário brasileiro hoje é eficiente, tem qualificação, tem tecnologia para poder separar automaticamente estes créditos.

Segundo, a exclusão do faturamento do valor das mercadorias sujeitas a substituição tributária. Temos aqui pela própria Lei aprovada nesta Assembleia em 1996 temos mercadorias como água, água mineral, cigarro e outros produtos que já vem inserido o ICMS quando da própria indústria ficando o distribuidor, o pequeno empresário, o microempresário, isentos também desta questão deste recolhimento.

Então ele propõe a exclusão do faturamento do valor das mercadorias sujeitas à substituição tributária.

O reconhecimento do crédito pelas aquisições das microempresas propõe também a dispensa de escrituração dos livros, este é o grande calo na vida do microempresário. Os livros de entrada e saída e de apresentação de guia de informação e apuração com a obrigatoriedade de guarda dos documentos (notas fiscais ou documento equivalente) pois com tantas obrigações acessórias, diz o próprio Dr. Eron Arzua, este processo ficará por demais complicado.

Diante dos fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e entendendo que só o diálogo em alto nível possa se transformar em benefícios concretos para a sociedade paranaense, é que encaminhamos à Mesa desta Casa dois requerimentos: um requerimento convidando autoridades do SEBRAE, os representantes do SEBRAE para que viessem prestar os esclarecimentos necessários para estes Deputados. Segundo, um requerimento à S. Exa. Secretário da Fazenda, Dr. Miguel Salomão, para que viesse a esta Casa ou à Comissão de Orçamento ou à Comissão de Finanças desta Casa para explicar primeiro o Projeto aprovado nesta Casa de autorização para adesão ao SIMPLES Federal, segundo, a proposta da Secretaria da Fazenda para não adesão do Paraná com uma complicação pelo que estamos sabendo também e temos os dados, muito difícil de ser digerido pelo pequeno empresário paranaense.

O Sr. Valdir Rossoni - Gostaria de propor à V. Exa. que em vez de requerimento de convocação o Secretário de Finanças, me coloco à disposição de V. Exa. para semana que vem trazemos o Secretário aqui nesta Casa, para que possamos fazer este debate e discutir esta questão do SIMPLES apesar de que tenho uma visão um pouco diferente do pronunciamento de V. Exa. e também não ter ainda me aprofundado nesta questão

mas tenho recebido de diversos médios e pequenos empresários, não médios, pequenos empresários, não micro, elogios e tenho exemplos de que vão ter capacidade de investimentos e aumento do número de funcionários com a adesão ao SIMPLES.

Então, acredito que é um assunto apaixonante, uma questão importantíssima, atinge naturalmente os microempresários e isto deve ser discutido, não sei qual é o alcance mas me coloco à disposição de V. Exa. se V. Exa. puder retirar o seu requerimento de convocação me coloco a inteira disposição de V. Exa. para trazer aqui na próxima semana o Secretário de Finanças para conversar com os Deputados que quiserem discutir este assunto.

O SR. RENATO ADUR - Agradeço a compreensão de V. Exa. como Líder do Governo nesta Casa e quero parabenizá-lo porque está começando com o pé direito.

Queria fazer um reparo aqui, Deputado Rossoni, exatamente o pequeno empresário do Paraná e do Brasil será beneficiado com o Sistema SIMPLES mas o microempresário do nosso Estado, e vou lhe dar os números, o Paraná tem hoje cento e oitenta mil contribuintes de impostos de ICM, cem mil são microempresários, oitenta mil se enquadram como pequeno, como médio, como médio-grande e como grande e como super-grande.

Então, vejamos lá, estamos penalizando a grande massa trabalhadora deste Estado que é aquela empresa que fatura o mínimo.

Portanto, agradeço V. Exa., o que queremos é uma explicação da Secretaria da Fazenda, queremos que esta Assembleia, - que no meu entendimento já cometeu um erro aprovando sem discussão o 11.651, - não cometa, não reincida neste erro aprovando um SIMPLES Paraná que poderá vir aqui na calada da noite, e aí sermos responsabilizados mais ainda. Aqui não se trata de oposição, de situação, de apoio ao Governo, de não apoio ao Governo, aqui se trata do respeito de uma conquista social do microempresário, do trabalhador paranaense. E tenho plena consciência, Deputado Rossoni, que V. Exa. trará o Secretário da Fazenda, retiro o meu requerimento de convocação do Secretário da Fazenda. E fica aqui registrado, Sr. Presidente, a minha solicitação de retirada do requerimento de convocação, e fica registrado também pelo Deputado Rossoni, que é o Líder do Governo e por este Parlamentar, o convite ao Sr. Secretário da Fazenda para que compareça em dia e hora que bem achar melhor, desde que seja naturalmente ainda neste mês para que possamos conversar e discutir esse assunto.

O SR. Augustinho Zucchi - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Adur, eu apenas gostaria de contribuir com o seu pronunciamento e dizer que é o seguinte: eu particularmente não votei equivocado. Quando se discutia a edição do SIMPLES Federal, fizemos nesta Casa um seminário através da Comissão de Agricultura e Indústria e Comércio com o SEBRAE e as lideranças dos pequenos e microempresários do Estado do Paraná, com relação a edição do SIMPLES Federal. Bom, isto posto, o Congresso Nacional aprovou o SIMPLES Federal. Por delegação dos membros da CCJ desta Casa fui o Relator da proposta, da Mensagem do Governo que instituiu a Lei 11.651, Deputado Romanelli, Presidente da nossa Sessão nesta tarde, e que através desta incumbência que tive, convidei para me ajudar a fazer a relatoria deste projeto o SEBRAE. Agora, percebo o seguinte: em primeiro lugar, este convênio opte pelo SIMPLES Federal, não autorizamos através deste projeto de lei, desta lei, não autorizamos, Sr. Presidente ao Governo do Estado editar o SIMPLES Paraná, esse é o primeiro ponto. Em

segundo lugar, segundo argumentação de vários tributaristas com quem conversei do próprio SEBRAE, a revogação da Lei Complementar 58/91, se não me falha a memória, não era automática com adesão ao SIMPLES Federal, muitos dos microempresários ainda continuariam a ter este benefício, já que na questão do SIMPLES Federal teríamos determinadas alíquotas que poderiam fazer com que esses pequenos e microempresários saíssem da informalidade e passassem a ser empresas formais, gerando emprego e tendo juridicamente a sua empresa constituída.

Então, o que acho que antes de trazer, Deputado Rossoni, o nosso Líder do Governo, antes de trazer para cá o Secretário Miguel Salomão, o que acho que deveríamos fazer era reaver a discussão que tivemos com o SEBRAE e com a Associação Comercial e Industrial do Paraná para que pudéssemos diminuir estas diferenças, que V. Exa. coloca, Deputado Adur, na sua explanação, durante o seu pronunciamento, e, daí sim, verificando aquilo que é de concordância com o projeto aprovado juntamente com o SEBRAE e nas diferenças que existem nesta proposição da Secretaria da Fazenda, para que pudéssemos conversar com o Secretário neste sentido.

Não me cabe aqui, Deputado dizer que nós, numa canetada, aqui demos uma rasteira em mil empresário, microempresários do Paraná, até porque fica uma colocação descabida. Não podemos aqui admitir que votamos um projeto sem termos o inteiro conhecimento do seu teor.

Aí, chamo aqui à responsabilidade dos organismos envolvidos, que tivemos o cuidado de discutir previamente num seminário aqui nesta Casa, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, e, depois, muito mais do quesito, a redação da argumentação da relatoria com relação a este projeto de lei aprovado, autorizando o Governo do Estado a aderir o SIMPLES Federal, foi feito em conjunto com o SEBRAE no Estado do Paraná.

Razão que acho que antes de qualquer coisa, temos que convidar o SEBRAE para ver quais são as diferenças que estão existindo entre a opinião de alguns tributaristas e vários pequenos e microempresários da posição adotada pelo SEBRAE. Temos que ter este cuidado, porque, eu particularmente, votei muito consciente e assinei o relatório que deu a possibilidade de votação desta lei aqui na Casa.

Obrigado Presidente.

O SR. RENATO ADUR - Deputado Augustinho Zucchi, agradeço pela sua contribuição, só que gostaria de ler para V. Exa. o Artigo 2º, da Lei 11.651: "A opção pelo 'SIMPLES' implicará em desenquadramento dos contribuintes inscritos ao regime fiscal da microempresa, e será precedida de apresentação pelo optante de certidão de regularidade fiscal e estadual."

Vejam bem, o Parágrafo Único, do Artigo 3º, que deixa as microempresas, sujeitando as microempresas e de pequeno porte a não opção dessas empresas, o fato de não optar (não, eu não quero optar pelo regime), então o que é que acontece? A não opção implicará no enquadramento do regime normal. Qual é o regime normal? Vai ter que apresentar todos os livros fiscais. É isso o que dizem os tributaristas.

Não estou vindo aqui conversar pelo que eu vi numa folha de papel. Tive o cuidado também como V. Exa. de ir ao SEBRAE, antes da aprovação da lei. Tive o cuidado de consultar eminentes tributaristas do Paraná.

Agora, se a palavra deles não vale, vou chamá-los aqui para que eles apresentem as suas argumentações.

O fato de querermos trazer o Secretário da Fazenda, não é absolutamente, Deputado Augustinho Zucchi, de querer colocar ninguém em "xeque", queremos resga-

tar talvez um erro criado por esta Casa ou inadvertidamente ou querendo aproveitar o embalo do apoio à pequena empresa proporcionado pelo Governo Federal através do SIMPLES, que também beneficiaria a pequena empresa de todos os Estados da Federação, a microempresa, menos no Estado do Paraná, que estava acobertado, estava efetivamente amparado por uma lei de número 58/91, em que ele está dispensado dos livros de saída, de muitas escriturações, dentro de um limite de faturamento.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, quero deixar claro, nesta Casa, a nossa preocupação, e que tenho certeza de todos os Senhores, meu objetivo ao dizer que quando aprovamos, passamos a rasteira, eu também me incluí. Tenho a humildade também de reconhecer onde a gente erra. Porque não levantamos uma voz sequer aqui neste Plenário na aprovação deste projeto do Deputado Augustinho Zucchi.

Portanto, cabe a nós termos a dignidade de reconhecermos onde houve um erro. E aqui ouvi também a dignidade do líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, de trazer o Secretário da Fazenda, o SEBRAE, aqui, e como gente grande discutimos em alto nível e devolvermos este resgate social ao Estado do Paraná que entendemos que merece.

Muito obrigado.

SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Presidente) - A Mesa consulta Deputado Adur se ele retira o Requerimento.

O Sr. Renato Adur - Eu retiro o Requerimento e de acordo com as palavras do Deputado Valdir Rossoni, formalizamos em conjunto, se ele concordar, o convite para que o secretário venha a esta Casa, ainda este mês.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Presidente) - Esta Presidência defere a retirada do requerimento e fica o Secretário Miguel Salomão convidado a comparecer a esta Casa de acordo com a oferta do Deputado Rossoni.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Eu gostaria de dizer que concordo plenamente com o posicionamento final do Deputado Adur, que esclarecida a questão com o Secretário Miguel Salomão, se foi esse o entendimento, quero dizer que não erramos sozinhos, pelo contrário, nós erramos com o que mais representa o pequeno, médio e microempresário do Estado que é o SEBRAE e a Associação Comercial e Industrial do Paraná.

Então que também com a vinda do Secretário nós mantivéssemos o convite ao SEBRAE para que viesse aqui.

O Sr. Renato Adur - Temos requerimento já protocolado na Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Romanelli) - Concedo a palavra ao Deputado José Tavares, no horário do PMDB.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, nobres colegas.

Um dos grandes problemas que aflige a nossa população e não é de hoje é o problema da criminalidade. Há 20 anos atrás, nesta tribuna, eu já me preocupava com esta questão, e na época eu era praticamente o único Deputado do MDB velho de guerra, que fazia as suas projeções sombrias em relação à questão da criminalidade, no nosso Estado, que eu me preocupava muito e no nosso País.

Cheguei até a depôr na CPI da violência e da criminalidade, no Senado, presidida pelo então Senador

Orestes Quêrcia.

Informações, números, realidades, tudo foi retratado naquela Comissão, e as providências foram propostas e muitas implementadas, e o problema se avolumando!

Pois agora eu volto aqui, depois de todos estes anos falando, pregando, praticando ações que pudessem modificar um pouco este quadro eu volto aqui exatamente no primeiro dia de trabalho nesta Casa, depois da Sessão de instalação de ontem, para retomar esta questão que continua mais acentuada do que nunca e numa hora em que a Igreja Católica lança a Campanha da Fraternidade ela elege o problema da criminalidade, através de um dos seus braços, que é a questão prisional como a sua inquietação.

Eu não poderia, evidentemente, até por uma questão de consciência, deixar aqui de fazer e tecer algumas considerações nesse Plenário semi vazio a respeito desta questão. Nós muitas vezes falamos para nós mesmos, e às vezes importa muito mais você falar consigo mesmo do que até, quem sabe, falar para uma platéia indiferente.

E nesses 20 anos a sociedade tem demonstrado preocupações reais com esta questão, mas a sociedade tem ficado um pouco à margem dessa problemática, na medida em que essa sociedade só se comove quando ela é diretamente atingida. Enquanto não entra ladrão na minha casa ou enquanto nenhum familiar meu é vítima de uma ação criminal não há porque eu me preocupar com a questão da segurança. Infelizmente é assim que nós, seres humanos, agimos, e é lamentavelmente que estamos vivendo esta inquietação a cada dia que passa.

E enganam-se aqueles que acham que enquanto a minha casa não for arrombada eu não tenho que me preocupar com a questão da violência e da criminalidade, enganam-se aqueles que ficam indiferentes a um egresso do sistema prisional e que não consegue um emprego lá fora porque ele já sai rotulado com a pecha da marginalidade e eu não vou me envolver com ele, eu vou arrumar emprego para marginal, eu não sou louco. E na medida em que eu ajo desta maneira estou contribuindo para que este egresso volte para a criminalidade porque ele não tem outra forma de sobrevivência.

Então a Igreja Católica traz na "Campanha da Fraternidade" a discussão da questão prisional. E eu, como cidadão, no auto dos meus 47 anos de vida, e de 30 anos dedicados praticamente a esta causa, eu volto aqui para ter conversa franca com os meus colegas Deputados, para que o Anais da Casa registrem esta nossa posição, a respeito desta questão prisional. E exatamente no ano em que o nosso Estado, Estado do Paraná, comemora 21 anos da criação de assistência ao apenado e o Deputado Toti Colaço conhece muito bem porque já foi Diretor Geral da Secretaria da Justiça no Governo Richa, este programa de assistência ao apenado, que hoje chama-se PROGRESSO, que foi criado há 20 anos em Londrina, na Universidade Estadual de Londrina, que se chamava Projeto TEMIS, é um programa que deve servir de modelo para o País e que é razão também da minha fala aqui nesta tarde, para fazer um apelo à Igreja Católica, ao Governo, através da Secretaria da Justiça, para que se unam, já que a "Campanha da Fraternidade" é a demonstração viva da preocupação da Igreja com uma questão da maior importância que é essa questão prisional, para que essas duas instituições, a Igreja e o Governo se unam, no sentido de se implantar nesse País um programa semelhante ao programa de assistência ao apenado do Paraná. O PROGRESSO funciona em parceria, Secretaria da Justiça com Universidade ou Faculdades, e ele é levado a ponta, as prisões através de estagiários de direito, de serviço social, de psicologia e de outros cursos de ciências conhecidas como ciências hu-

manas, com resultados extraordinários pouco difundido, com resultados fantásticos. E nós, nesta hora, o máximo que podemos fazer como representantes do povo, como Parlamentares é resgatar esta questão, destacar a sua importância e fazer um apelo para que um Programa como esse seja estendido a toda a sociedade brasileira.

Como funciona este programa, ele faz o acompanhamento a partir da prisão do egresso, daquele que está prestes a deixar a prisão porque uma coisa que nós não ignoramos, mas também não nos preocupamos é com a questão do preconceito da sociedade aí fora. O cidadão muitas vezes cometeu um pequeno delito e foi condenado, não importa se o regime dele é aberto ou fechado, e ele não consegue encontrar uma colocação, desesperado ele não se vê em condições de sobrevivência se não voltar para a criminalidade. E a sociedade, os empresários têm que ter esta consciência. E aqui no Paraná, eu posso testemunhar que durante a minha curtíssima gestão a frente da Secretaria da Justiça, os empresários do Paraná através da Federação da Indústria, do Comércio, do SESI, do SENAC, deram uma grande demonstração de preocupação com essa questão e passaram a ser grandes parceiros nossos na época, passaram inclusive a oferecer vagas de trabalho, preferencialmente aos egressos do sistema, como forma de não permitir que eles voltassem a delinquir.

Aqui no nosso Estado o máximo de índice de reincidência que já tivemos foi de 30%. Hoje temos informações que esses números inclusive chegou a cair. Portanto, eu acho, que nós devemos dar a nossa contribuição. Numa hora em que acertadamente vem perante a sociedade brasileira e demonstra preocupação com as péssimas e desumanas condições de vida que vivem os presos do nosso país. Realmente o jeito que está não é possível. Nós não podemos ignorar essa realidade, principalmente no momento em que vemos as grandes cidades se reestruturando para enfrentar a criminalidade. Vez ou outra o que a gente assiste é a defesa da tese da diminuição da responsabilidade penal. Imaginem os senhores do jeito que nós estamos com a responsabilidade penal fixado em 18 anos, as prisões estão superlotadas. Imaginem os senhores, se reduzimos a idade penal para 16 anos, aonde é que nós iremos colocar os infratores. Então a solução não está em diminuir a idade penal, a solução está em nós Sociedade Brasileira, Igreja, Governo, Poder Judiciário, nos conscientizarmos patrioticamente de que uma das formas eficazes de nós enfrentarmos a criminalidade é enfrentarmos a criminalidade com o coração, com amor, com o senso de humanidade. E ao invés de aplicarmos penas privativas de liberdade sem nos preocuparmos com as consequências para a vida daquelas pessoas porque o Estado muitas vezes não cumpre com a sua responsabilidade, vamos aplicar àquela pessoa de serviço, de prestação de serviços à Comunidade. Vamos ampliar esse tipo de pena no nosso Estado pelo menos, ao invés de diminuirmos a responsabilidade penal já que nós não temos lugar para colocarmos esses infratores.

Portanto, nobres colegas é com esta visão, uma visão apaixonada e quixotesca, que eu venho à tribuna nesta tarde, para deixar essas minhas rápidas considerações, no sentido de que um dia a gente possa ver a sociedade brasileira, a sociedade paranaense, realmente imbuído num projeto de recuperação, de ressocialização do nosso preso, de humanização dos nossos presídios. Porque enquanto nós ficarmos indiferentes a essa triste e cruel realidade, o que nós vamos assistir, é o que a gente assiste todos os dias, fuga de 44 presos no distrito policial de Londrina, porque os distritos não suportam mais o número excessivo de detentos. E em Londrina

nós construímos e implantamos uma penitenciária modelo nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli) - Consulta a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

O SR. WALMOR TRENTINI - Sr. Presidente, gostaria de informar a esta Casa que nós vamos utilizar o dia de amanhã no Horário da Liderança do PDT, mas gostaríamos de fazer um registro de pesar que estamos preparando um requerimento, moção de pesar pelo falecimento do nosso grande Senador Darci Ribeiro, homem que lutou sua vida toda pelo fim do analfabetismo, pela indicação desse Estado, e amanhã nós faremos a nossa manifestação e uma homenagem a esse grande Senador, a esse grande homem, não só do PDT, mas do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, é visível que não há número legal para prosseguimento da Sessão desta tarde. Eu gostaria que V.Ex.^a fizesse a verificação do número de Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli) - Chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ângelo Vanhoni) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli) - Sr. 1º Secretário, eu pediria que interrompesse a chamada nominal, porque o Deputado Toti Colaço declinou da chamada e também já há quórum.

Liderança do PSDB, PFL, PTB, PDT, Liderança do Governo.

(Todos declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A

Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartão, constante do expediente. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 010, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 012 a 018, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 019 a 026, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 027 e 028, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 029, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 030, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 031 e 032, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 033, de autoria dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar - Senhor Presidente, temos convicção de que este requerimento receberá aprovação unânime do Plenário da Assembleia, mas é de importância neste momento em meu nome e em nome do Deputado Augustinho Zucchi, nós registrarmos esta nossa manifestação junto ao Governo Federal para que assegure, pelo menos, a aquisição de 200 sacas de milho ao preço mínimo para os pequenos produtores. É um trabalho que vem sendo feito há muito tempo e principalmente num trabalho coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná - FETAEP.

Que está envidando todos os esforços para que, pelo menos, o pequeno produtor, o microprodutor rural possa vender a saca de milho pelo preço mínimo no Estado do Paraná.

É uma reivindicação que tem apoio da OCEPAR, que está sendo trabalhada, também, com o apoio da FAEP e outras entidades. E nós da Assembleia Legislativa, mais uma vez, nos somamos a esta reivindicação que está sendo levantada pela FETAEP. Então em meu nome e do Deputado Augustinho Zucchi formalizamos agradecimentos a todos os Deputados pela aprovação unânime deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Em votação.

Aprovado.

Requerimentos nºs 034 a 036, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 038 a 041, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 050, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimentos nºs 051 e 052, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Joel Coimbra, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 469, 504 e 509/96;

e dos Projetos de Resolução nºs 018 e 019/96.

Convoco ainda os Senhores Deputados para uma sessão extraordinária, para logo após a sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 020 e 021/96.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral

DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 12/97

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

Cancelar	33903900	1.500.000,
Suplementar	33903700	1.000.000,
Suplementar	33903600	500.000,

Gabinete da Diretoria Geral, 21.01.97.

PORTARIA Nº 13/97

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

Cancelar	31901600	815.000,
Suplementar	31900400	815.000,

Gabinete da Diretoria Geral, 21.01.97.

PORTARIA Nº 15/97

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

Cancelar	33903900	10.000,
Suplementar	33903300	10.000,

Gabinete da Diretoria Geral, 28.01.97.

PORTARIA Nº 22/97

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11652 de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

Cancelar	33909200	58.100,
Suplementar	31909200	58.100,

Gabinete da Diretoria Geral, 17.01.97.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

LUIZ CARLOS MARTINS - Primeiro Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Duílio Genari, Edno Guimarães, Remy Borsatto, Miltinho Puppio e Geraldo Cartário. A seguir o Sr. Presidente coloca m votação a ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 225/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer Favorável. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 035/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator Deputado Geraldo Cartário. Parecer Favorável. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI Nº 130/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Relator Deputado Edno Guimarães. Parecer Favorável. Aprovado. 04) PROJETO DE LEI Nº 204/96, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Miltinho Puppio. Parecer contrário. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI Nº 484/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Basílio Zanusso, Jocelito Canto e Augustinho Zucchi. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 537/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer do Deputado Eduardo Trevisan, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 280/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer do Deputado Cleiton Kielse, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 378/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer o Deputado Eduardo Trevisan, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 098/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 471/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer do Deputado Eduardo Trevisan, favorável.

Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 111/96, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer do Deputado Basílio Zanusso, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 0-34/95, de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Parecer do Deputado Luiz Accorsi, favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 035/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer do Deputado Eduardo Trevisan, favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

13.ª LEGISLATURA

ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano e hum mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Srs. Deputados: Cesar Seleme, Renato Adur e Edno Guimarães. A seguir o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 265/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator Deputado Cesar Seleme. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

13.ª LEGISLATURA

ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Srs. Deputados: Cesar Seleme, Ângelo Vanhoni e Edno Guimarães. A seguir o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 534/95, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Ricardo Chab. Relator Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
13.ª LEGISLATURA
ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e noventa e seis. Na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura. A seguir o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI N.º 163/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva e o PROJETO DE LEI N.º 194/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Irineu Colombo. Parecer Favorável. Aprovado. Emenda Aditiva. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Leila C. Godoy, Secretária desta Comissão.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Leila C. Godoy - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
13.ª LEGISLATURA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, mais a presença dos Deputados Eduardo Trevisan, Orlando Pessuti, Reny Borsatto, Edno Guimarães e Irineu Colombo. Dando início aos trabalhos o Presidente informa não haver expediente a ser lido, passando-se em seguida à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI N.º 280/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Eduardo Trevisan, parecer favorável. Aprovado. Na sequência, tendo como relator o Deputado Orlando Pessuti, foram votados os Projetos de Resolução n.ºs 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42/96, todos originários de mensagens governamentais. Pareceres Favoráveis. Aprovados. Relator Deputado Eduardo Trevisan. Projetos de Resolução n.ºs 28 a 35/96, oriundos de mensagens governamentais. Pareceres favoráveis. Aprovados. Na sequência, o Senhor Presidente informa a presença do engenheiro agrônomo João Paulo, presidente da OCEPAR, que veio prestar informações sobre a situação da cultura de trigo. O Senhor Presidente e os demais membros presentes, hipotecaram solidariedade aos pleitos formulados, prometendo interferir no que for necessário para findar o impasse. O Senhor Presidente declara encerrada a reunião, mandando lavrar a presente ata que vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
RUBENS BREMER - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
13.ª LEGISLATURA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, mais a presença dos Deputados Eduardo Trevisan, Orlando Pessuti, Reny Borsatto, Edno Guimarães e Irineu Colombo. Dando início aos trabalhos o Presidente informa não haver expediente a ser lido, passando-se em seguida à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI N.º 381/96, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Relator Deputado Eduardo Trevisan, parecer favorável. Aprovado. Projetos de Resolução n.ºs 18 a 27/96, todos originários de mensagens governamentais. Relator Deputado Irineu Colombo. Pareceres Favoráveis. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, mandando lavrar a presente ata que vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
RUBENS BREMER - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13.ª LEGISLATURA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 26.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, José Tavares, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Carlos Simões, Basilio Zanusso e Duilio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI N.º 508/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI N.º 282/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer favorável do Deputado Antonio Annibelli. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI N.º 057/96, de autoria do Deputado Renato Adur (anexado ao Projeto de Resolução n.º 011/96). Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni. 04) PROJETO DE LEI N.º 182/96, de autoria do Deputado Pericles de Mello. Parecer favorável do Deputado Basilio Zanusso. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI N.º 146/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer favorável do Deputado Basilio Zanusso. Aprovado. 06) PROJETO DE LEI N.º 346/96, de autoria dos Deputados Edgar Bueno, César Silvestri e Miltinho Pupio. Parecer favorável do Deputado Basilio Zanusso. Aprovado. 07) PROJETO DE LEI N.º 337/96, de autoria do Deputado Reny Borsatto. Parecer favorável do Deputado Basilio Zanusso. Aprovado. 08) PROJETO DE LEI N.º 482/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 09) PROJETO DE LEI N.º 261/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 510/96, de

autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI Nº 412/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI Nº 425/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI Nº 374/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI Nº 503/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. 15) PROJETO DE LEI Nº 435/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI Nº 507/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zucchi. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 17) PROJETO DE LEI Nº 476/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 18) PROJETO DE LEI Nº 498/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 19) PROJETO DE LEI Nº 371/96, de autoria do Deputado Reny Borsatto. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 20) PROJETO DE LEI Nº 488/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 21) PROJETO DE LEI Nº 470/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira. Aprovado. 22) PROJETO DE LEI Nº 509/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 23) PROJETO DE LEI Nº 493/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira. Aprovado. 24) PROJETO DE LEI Nº 383/96, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira. Aprovado. 25) PROJETO DE LEI Nº 384/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira. Aprovado. 26) PROJETO DE LEI Nº 399/96, de autoria do Deputado Toti Colaço. O Relator, Deputado Emerson Nerone, requer diligência. Deferido. 27) PROJETO DE LEI Nº 494/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli. 28) PROJETO DE LEI Nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer favorável do Deputado Caio Quintana. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 27.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

03 de dezembro de 1996

Aos três dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do

senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, Ironi Pugliesi, Geraldo Cartário, Cesar Seleme, Antonio Annibelli, Walmor Trentini, Caio Quintana, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, José Tavares e mais os Deputados Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Sâmis da Silva e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se ao expediente: 01) Ofício encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (anexo). O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Deputado Anibal Khury prosseguindo a reunião conforme Notas Taquigráficas (anexo). Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 481/96, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 28.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

10 de dezembro de 1996

Aos dez dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, Caio Quintana, Geraldo Cartário, José Tavares, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Cesar Seleme, Ironi Pugliesi e mais o Deputado Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 496/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 504/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI Nº 469/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 04) PROJETO DE LEI Nº 519/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI Nº 535/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Caio Quintana. 06) PROJETO DE LEI Nº 508/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer favorável do Deputado José Tavares. Aprovado. 07) PROJETO DE LEI Nº 560/96, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles de Mello. Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni. 08) PROJETO DE LEI Nº 527/96, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente submete excepcionalmente (Regime de Urgência) ao Plenário o

pedido de vistas do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. 09) PROJETO DE LEI Nº 511/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI Nº 509/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado. 11) OFÍCIO Nº 080/96, de autoria do Deputado Caito Quintana. Concedido vistas ao Deputado Walmor Trentini. 12) PROJETO DE LEI Nº 326/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Aprovado com voto em separado na forma do substitutivo anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

11 de dezembro de 1996

Aos onze dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, José Tavares, José Maria Ferreira, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Ironi Pugliesi, Caito Quintana e mais os Deputados Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 527/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 267/96, de autoria do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator Cesar Seleme requer diligência. Deferido. 03) PROJETO DE LEI Nº 068/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone. 04) PROJETO DE LEI Nº 416/96, de autoria do Deputado Sergio Spada. Parecer favorável do Deputado Cesar Seleme. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI Nº 560/96, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles de Mello. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado. 06) PROJETO DE LEI Nº 288/96, de autoria do Tribunal de Justiça. Concedido vistas ao Deputado Eduardo Trevisan. 07) PROJETO DE LEI Nº 224/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Nereu Moura. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 08) PROJETO DE LEI Nº 139/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 09) PROJETO DE LEI Nº 518/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados

e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

19 de dezembro de 1996

Aos dezenove dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, José Tavares, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Caito Quintana e mais os deputados Cesar Silvestri, Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 526/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 521/96, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente submete ao Plenário o pedido de retirada de votação do presente projeto nesta reunião. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI Nº 570/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Rejeitado por 7x6 votos. O Senhor Presidente designará novo Relator. 04) PROJETO DE LEI Nº 525/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Augustinho Zucchi. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI Nº 522/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 06) PROJETO DE LEI Nº 563/96/96, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente submete ao Plenário o pedido de retirada de votação do presente projeto nesta reunião. Aprovado. 07) PROJETO DE LEI Nº 580/96, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente submete ao Plenário o pedido de retirada de votação da presente matéria. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 13.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

19 de dezembro de 1996

Aos dezenove dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a

presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Ednardo Trevisan, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Basílio Zanusso e mais os deputados Algaci Túlio e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 523/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 524/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI Nº 521/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Aprovado. 04) PROJETO DE LEI Nº 570/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 581/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 06) PROJETO DE LEI Nº 579/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Augustinho Zucchi. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 14.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

23 de dezembro de 1996

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Irondi Pugliesi e mais os Deputados Orlando Pessuti e Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI Nº 563/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI Nº 524/96, de autoria do Poder Executivo. Parecer pela rejeição das Emendas de Plenário. Aprovado, com voto contrário dos Deputados Antonio Annibelli, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone e Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária